

Cadernos da Comunicação
Série Estudos

Jornalismo Ontem e hoje



Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social.

Jornalismo ontem e hoje / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– Rio de Janeiro: A Secretaria, 2006.

84 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Estudos; 15)

ISSN 1676-5494

Inclui bibliografia

1. Jornalismo – Brasil – História. 2. Imprensa – Brasil. História. I. Título.

CDD 079.8

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no *site* da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:

www.rio.rj.gov.br/secs

Maio de 2006

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372

Cidade Nova

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20211-110

e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Prefeitura.



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Estudos

Comissão Editorial
Ágata Messina
Helena Duque
Leonel Kaz
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Álvaro Mendes

Revisão
Alexandre José de Paula Santos

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
José Carlos Amaral/Seprop
Marco Augusto Macedo

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

Edições anteriores

Série Memória

- 1 - Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 - Rio de Janeiro: As Primeiras Reportagens – Relatos do século XVI
- 3 - O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 - Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 - Brasília, Capital da Controvérsia – A construção, a mudança e a imprensa
- 6 - O Rádio Educativo no Brasil
- 7 - Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 - Verão de 1930-31 – Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 - Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 - Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 - TV Tupi, a Pioneira na América do Sul
- 12 - Novos Rumos, uma Velha Fórmula – A mudança do perfil do rádio no Brasil
- 13 - Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 - Um jornalismo sob o signo da política
- 15 - Diário de Notícias – A luta por um país soberano

Série Estudos

- 1 - Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 - Reportagem Policial – Realidade e ficção
- 3 - Fotojornalismo Digital no Brasil – A imagem na imprensa da era pós-fotográfica
- 4 - Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 - Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 - Manual de Radiojornalismo
- 7 - New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 - A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 - A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 - A Indústria dos Quadrinhos
- 11 - Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 - Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 - Ciência para Todos – A academia vai até o público
- 14 - Breve história da Imprensa Sindical no Brasil

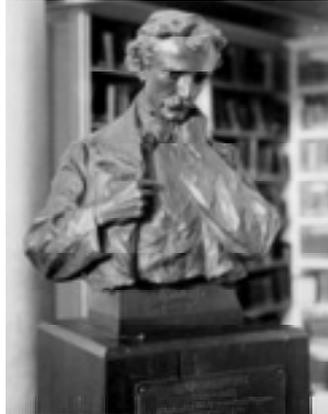
A evolução tecnológica proporcionou o advento de novos meios de comunicação, que trouxeram para o jornalismo mudanças mais profundas do que aquelas já provocadas pela chegada do rádio e da televisão. Nas redações, a máquina de escrever foi substituída pelo computador; o telex e o teletipo deram lugar à mensagem eletrônica; a régua de cíceros, nos jornais impressos, foi trocada pelo *mouse*. Pairando soberana sobre isso tudo, a internet.

Graças a essas mudanças, o intervalo que existia entre o fato e a notícia simplesmente acabou. Hoje, bastam poucos minutos para que um acontecimento seja divulgado através dos jornais eletrônicos e, conseqüentemente, pelo rádio e pela televisão. A velocidade da informação aumentou a obsessão pelo "furo" de reportagem, para ser o primeiro a noticiar, muitas vezes em detrimento de uma apuração mais acurada.

A utilização desses novos meios de comunicação, e suas conseqüências, tornou-se um tema de discussão em todo o mundo. E disso vêm se ocupando os mais renomados teóricos da Comunicação Social e os mais importantes veículos da imprensa internacional. No Brasil, não podia ser diferente.

Mudanças tão profundas merecem reflexões e ninguém melhor para fazê-las do que profissionais que viveram esse passado recente e que, hoje, continuam fazendo jornalismo usando as novas ferramentas de trabalho. Este volume da *Série Estudos* dos CADERNOS DA COMUNICAÇÃO traz relatos da vivência de 13 dos jornalistas mais brilhantes do país. Escritos em computadores e enviados pela internet.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro



Busto de Edgar Allan Poe
na Universidade da Virgínia, EUA

Não afirmarei que os homens de hoje tenham o pensamento mais profundo do que há um século, mas indubitavelmente eles o têm mais ágil, mais rápido, mais reto, mais metódico, menos pesado. (...) Há mais fatos conhecidos e registrados, mais coisa para refletir. Somos inclinados a enfiar o máximo possível de idéias no mínimo de volume. (...) Daí nosso jornalismo atual (...).

Edgar A. Poe, poeta, escritor e
jornalista americano (1809-1849)

Sumário

Alberto Dines	8
Ana Arruda Callado	12
Carlos Lemos	16
Clóvis Rossi	20
Fuad Atala	25
José Augusto Ribeiro	31
José Nêumanne	38
Léa Maria Aarão Reis	43
Magda de Almeida	48
Matías M. Molina	56
Norma Couri	65
Villas-Bôas Corrêa	69
Wilson Figueiredo	77



Alberto Dines

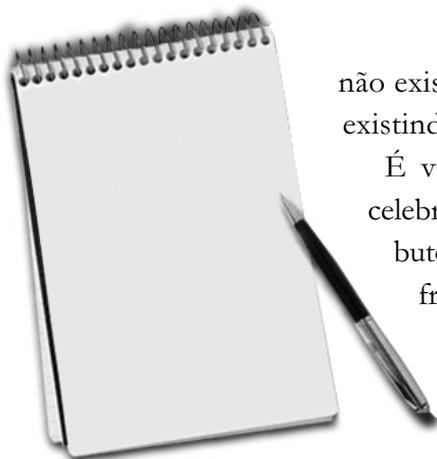
O jornalismo brasileiro atual caracteriza-se por não ter uma marca. Ficou muito mais frívolo, fragmentado, sinal dos tempos. Sinal também de que os jornalistas não estão sabendo reagir aos tempos. As causas podem ser atribuídas a uma série de fatores: jornalismo-empresa, competição, falta de preparo dos profissionais, concentração da imprensa. O fato é que está menos idealista, altruísta.

‘É verdade que o jornalista
hoje se celebrizou.
Mas, por quê?
Pelos seus atributos
profissionais ou pelas
rodas que frequênta?’

O filme *Boa-noite, boa sorte*, de George Clooney, mostra um período do jornalismo romântico, altruísta. Esse espírito espraiava-se por toda a imprensa, assim como hoje espraiava-se a frivolidade, uma característica dos nossos tempos, da nossa cultura. O

jornalismo fragmentado e dirigido faz parte também desse processo cultural. O Brasil não tem instituições culturais sólidas. No exterior, existem veículos bem densos. Nos Estados Unidos, por exemplo, há jornais extremamente sensacionalistas, mas também outros extremamente qualificados. No Brasil, está ficando tudo a mesma coisa.

O *marketing*, no Brasil, domina a imprensa. Os veículos se equalizaram e não há o leitor específico de cada jornal. Mas ele



não existe porque o jornal não cria. E não existindo o leitor, ele não exige.

É verdade que o jornalista hoje se celebrou. Mas, por quê? Pelos seus atributos profissionais ou pelas rodas que frequenta? Apresentadores são jornalistas ou não? Os jornalistas hoje buscam a fama, não a notícia.

Antigamente, existiam profissionais de renome. Hoje, há uma troca muito grande, o jornalista faz muitas coisas, se desgasta. Cada vez exigem mais dele, as empresas querem aproveitar ao máximo. Temos o exemplo de Paulo Francis, que foi sugado até morrer.

A vida sindical no Brasil nunca funcionou. O sindicato dos jornalistas sempre foi corporativo, nem negativo nem positivo.

Qual a solução? Tentar um jornalismo mais beletista, mais interpretativo. Afinal, quando, há 400 anos, o jornalismo foi criado, não o foi para dar notícias. Era feito para divulgar relatos, testemunhos, cartas, reflexões. Há 20 anos, havia mais texto, hoje os jornais são como uma TV impressa. E as revistas vão pelo mesmo caminho.

Nós, jornalistas, devemos ter em mente que somos nós que criamos o leitor.

Alberto Dines foi editor-chefe do *Jornal do Brasil* durante 12 anos e diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro. Dirigiu o grupo Abril em Portugal, onde lançou a revista *Exame*. Criou o site Observatório da Imprensa, o primeiro periódico de acompanhamento da mídia. Atualmente é pesquisador sênior do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp, além de coordenar o Observatório da Imprensa *on-line* e pela televisão.

**A seguir, trecho de uma coluna
de Alberto Dines, publicada
no Observatório da Imprensa:**

Pode-se afirmar que não há causas precisas, pretextos claros, bodes expiatórios definidos e explicações convincentes para o atual empobrecimento da mídia brasileira. Mas, nos últimos 15 anos, raras vezes ficou tão visível a decadência dos meios de comunicação como agora. É palpável, concreta, pode ser medida por qualquer um: jornais que exigiam pelo menos 45 minutos de leitura, hoje podem ser folheados em 15 minutos.

Pior do que isso é perceber que, para o leitor, a questão de ler ou não ler jornais e revistas tornou-se indiferente. Desapareceu a sensação de vazio e marginalidade nos dias em que não se tem tempo para ler o(s) veículo(s) preferido(s). Uma bicada na internet, um boletim entreouvido no rádio do carro, alguns *flashes* no telejornal noturno – pronto, estamos informados.

Se as razões ainda não são claras – sobretudo porque estamos em meio a um processo –, os efeitos não podem ser ignorados. Estão aí, a olho nu, reiterados e gritantes. Ao haraquiri das revistas semanais seguiu-se nos jornais uma espécie de surto depressivo e anoréxico.

Recusam-se a alimentar-se, entregam-se à inapetência, assumem-se como esqueléticos, prontos para se tornarem descartáveis.

Alguns dados podem ser identificados:

- As demissões concentraram-se na reportagem: os empresários preferem manter os “cozinheiros” (redatores e editores) capazes de fechar uma edição com qualquer tipo de material. Inclusive *releases*. Nunca houve tanta facilidade para matérias sopradas e infiltradas.
- Repórteres inexperientes ou apenas “noticiaristas” produzem matérias lineares que editores e subeditores atarefados não conseguem arredondar e enriquecer.
- Impera o opinionismo e os opinionistas. Obrigados a escrever todos os dias porque ganham bem, contentam-se em produzir tiradas incoseqüentes (em geral auto-referidas ou referentes a colegas do mesmo jornal) quando não se esfalfam em intermináveis e repetidas elucubrações.





Ana Arruda Callado

Entrei para o *Jornal do Brasil* em 1958. Vi, ali, a grande transformação estética pela qual aquele tradicional jornal passava. A diagramação (ainda não estava em moda o termo programação visual) inspirada em Piet Mondrian, o rigor do lide seguido do sublide, a fotografia valorizada por cortes seguros, o copidesque uniformizando a linguagem. O *JB* tornou-se modelo.



Repórter viajante, vi como os jornalistas de todo o país acompanhavam com entusiasmo a reforma do jornal carioca; eu era sempre interrogada a respeito de como funcionava a redação, pelos colegas de outros estados. Mas havia, pelo menos no início, quando a empresa não tinha crescido ainda na mesma proporção que seu produto, uma peculiaridade que vale a pena lembrar: todos tínhamos orgulho do jornal e participávamos integralmente de sua produção. Quanto aos outros jornais, o que acontecia naquele fim da década de 50 era a pluralidade. O Rio de Janeiro tinha 26 jornais diários e, de

fato, cada um tinha seu público.

A competição entre profissionais não era tão acirrada quanto hoje. Havia mercado e os poucos cursos universitários começavam a formar as primeiras turmas; não havia esta quantidade de “reserva de mão-de-obra” que os numerosos cursos fabricam a cada se-

mestre. Os mais antigos, os chefes, tinham tempo e paciência para orientar os mais novos. O jornalista talvez tivesse então a romântica idéia de que estava ajudando a construir uma cidade melhor, um país melhor. Ninguém achava que ser jornalista era o mesmo que ser pedreiro ou corretor de ações. O jornalismo era investigativo por uma própria natureza (hoje, a investigação é uma rara especialidade).

A televisão já estava instalada no Brasil, mas sua influência era mínima, pois ela estava na fase do “rádio com imagem”. Com o tempo, a TV foi aperfeiçoando seu jornalismo – com talento de gente formada em jornal, é bom dizer – e os meios impressos tiveram que se adaptar. Daí aconteceu um fenômeno interessante: o estilo de redação voltou um pouco ao passado, isto é, abandonou-se a rigidez do lide, uma vez que a notícia pura e simples era dada pela TV e

o jornal tinha que ser mais interpretativo. Essa tendência se acentuou com a informatização que provocou o ressurgimento do texto autoral, que as décadas de 50 e 60 haviam banido. Hoje, com a internet possibilitando a informação imediata, em domicílio, os jornais têm como seus

pontos fortes as colunas – com mais comentários e casos pitorescos que notícias – e as crônicas.

Sobre as crônicas em jornal vale a pena ressaltar que, nos saudosos tempos de Rubem Braga, Nelson Rodrigues, Paulo Mendes Campos e

‘A possibilidade de pesquisa
imediate [pela internet]
é um formidável
instrumento para o jornalista
que já tem uma formação
razoável. Mas, e para
a geração do *eu acesso*?
Saberá, terá base
para acessar?’

Otto Lara Resende, elas versavam sobre temas universais, a partir ou a pretexto de um incidente banal. O autor se colocava na qualidade de observador. Hoje, a crônica é quase sempre a respeito do próprio cronista, em estilo Big Brother (pobre Orwell!). Suas doenças e problemas como pagamento de contas, o desaparecimento do seu gatinho, suas viagens (com elogios ao hotel onde ficaram) são os temas dos cronistas, com poucas exceções, entre as quais a justiça obriga que eu cite Luís Fernando Veríssimo, exemplar continuador da melhor tradição.

Não creio que se saiba, ainda, o impacto da internet em longo prazo no jornalismo. Mas já se pode afirmar que na produção de conhecimento o impacto é negativo. O aluno de cursos universitários, em geral, não acredita mais no estudo. Ouvi isto, em sala de aula da PUC: “Para que eu preciso saber isso? Quando eu precisar, acesso a internet”.

A idéia de internet como um deus onipotente leva ao desprezo pela leitura, pela cultura, pelo saber. O saber está lá, e eu pego a parte que eu quiser, quando quiser. Não preciso, eu, saber nada.

No jornalismo, a possibilidade de pesquisa imediata é um formidável instrumento para o jornalista que já tem uma formação razoável. Mas, e para a geração do “eu acesso”? Saberá, terá base para acessar?

Sou gutenberguiana, não acredito no fim do papel como suporte, no fim dos livros, dos jornais, das revistas. Mas, claro, na sua interação com a poderosa internet, como já começou a acontecer. Mas não sou otimista quanto ao futuro do jornalismo brasileiro; sobre o resto do mundo, não ousou opinar, mas creio que a situação é a mesma.

E por que, nestes tempos de *ipods*, *palms*, *orkuts* e *google*, não creio em um jornalismo mais informativo, mais ético, mais preocupado com o direito à informação da sociedade?

Um dos motivos é o já referido desprestígio da cultura, do saber. Os cursos superiores de jornalismo chegaram para elevar o nível da profissão. Mas, se os cursos admitem gente que não conhece nem a língua vernácula, que não acredita que precisa conhecer um pouco da literatura clássica, de mitologia, das religiões – saber que o maometismo não admite imagens, por exemplo – de história e de matemática e física, como, em quatro anos, e com alguns professores já formados nessa mentalidade, poderão cumprir seu papel?

Dei aulas na UFF, na UFRJ e na PUC. Tive alguns poucos alunos excelentes. Mas, a cada ano, a maioria era do tipo que não sabe concordância, nem quem foi Carlos Lacerda nem o que significa “vitória de Pirro”. Outro dia, em matéria assinada em *O Globo*, li que na casa onde os jogadores brasileiros vão ficar na Suíça, antes da Copa do Mundo, já morou a escritora Emile Zola. Não vi correção do jornal nem qualquer carta de leitor horrorizado. A mesma tendência que me entristece e assusta nas crônicas tomou conta do noticiário. Os jornais estão cada vez mais parecidos com as revistas de fofocas.

Não é, porém, problema de imprensa, apenas. É a tendência geral ao hedonismo desenfreado, à superficialidade, ao lucro a qualquer preço. Enfim, no mundo atual, o jornalismo como serviço público – no sentido estrito do termo – parece coisa antiquada. E temo que tudo o que afirmei aqui soe também bastante antiquado. Português correto? Cultura? Bem público? Meu Deus, que velharias!



Ana Arruda Callado iniciou sua vida profissional no *Jornal do Brasil* (1958). Trabalhou no *Correio da Manhã*, no *Diário Carioca*, em *O Sol* e na *Tribuna da Imprensa*. Foi secretária de redação da revista *Senhor*, secretária do *Jornal de Vanguarda* da TV Rio, editora da revista *Estudos Feministas* e redatora-chefe da revista *PensarBrasil*.



Carlos Lemos

Comparar é sempre muito difícil. Se falarmos bem do ontem, corremos o risco de ser acusados de saudosistas ou até de retrógrados. Se falarmos bem do hoje, o risco é levarmos a alcunha de ser “moderninhos”, de estarmos inventando a roda.

A imprensa é uma só: divulgação de notícias. Através dos tempos o que mudou foi a maneira de fazê-lo. Começamos com o prelo de Gutenberg e a partir daí fomos evoluindo. Folhas, jornais, rádio, televisão, computador, internet e saberemos nós o que virá pela frente.

O avanço tecnológico não pára. Ao contrário, avança cada vez mais, velozmente. A notícia é sempre a mesma. Ontem e hoje. Podemos usar qualquer meio para divulgá-la, mas ela será sempre a mesma. Choveu ontem é o fato, a notícia. Como contá-la é que muda.

Não podemos é deixar de contá-la com veracidade, objetividade, isenção, serenidade.

Lembro agora de um filme do genial cineasta Akira Kurosawa. O filme é a narração de um crime que é assistido por sete diferentes pessoas. As sete depõem. Cada uma viu uma coisa, todas contam versões diferentes, mas nenhuma mente. É aquela velha coisa: tudo depende do ponto de vista do observador.

Por isto é que é difícil trabalhar com notícia. Ontem ou hoje, as dificuldades são as mesmas. Os divulgadores das notícias somos nós, os jornalistas. Deveríamos ser imparciais, inodoros, apolíticos, assexuados, não ter cor, raça ou religião. Deveríamos ser robôs, mas não o somos. Daí estarmos sempre acusados disso ou daquilo. Somos apenas seres humanos que temos um pouco mais de observação, capacidade de exposição, uma hipersensibilidade, uma

antevisão do que pode acontecer e suas conseqüências. Daí que alguns de nós nos julgamos acima do bem ou do mal – deuses.

Precisamos ser humildes, autocríticos, não nos julgarmos isto ou aquilo. Meu amigo e brilhante jornalista, seja como repórter, redator ou comentarista, Sérgio Noronha, costuma dizer que pela manhã, ao acordar, olha o espelho, diz logo: você é um porcaria. É um exagero, mas é como ele se chama à atenção e se autodiz: seja humilde. Dizia o Dr. Roberto Marinho que precisamos ser humildes no exercício da profissão. Se não formos, ao menos devemos fingir que somos.

Voltemos ao velho e ao novo. O que ficou velho? O jornal de papel. Este está condenado à morte. Quanto tempo ainda dura? Não sei, mas vai morrer. Podem todos os que trabalham em jornal de papel dizer que estou louco, que estou caducando. Não estou. Vai acabar. Os meninos que estão hoje com dez anos estão na geração computador. Ali eles encontram diversão, jogos, brincadeiras, competições. Notícias que lhes interessam. Nenhum deles dá,

**‘O que ficou velho?
O jornal de papel.
Este está condenado à morte.
Quanto tempo ainda dura?
Não sei, mas vai morrer’**

hoje, a menor confiança para o jornal de papel. No futuro vão matá-lo, pois encontrarão tudo na televisão ou no computador.

O jornalista? Este não. Este será cada dia mais importante. Cada dia a sociedade moderna precisa de mais e mais informações. E quem as conseguirá e as irá divulgar a não ser o jornalista? Quanto mais informações precisar a sociedade moderna, mais importante será o jornalista. Se há profissão com um futuro pela frente, é a de jornalista: repórteres, redatores, comentaristas.

Trabalhe ele para o rádio, o jornal (vá lá, ainda resiste), a televisão, a internet, o computador.

Precisamos de jornalistas competentes, aplicados, com boa formação pessoal, cultural e cientes de sua importância na sociedade. Orgulhosos, mas humildes.

(Não, não vou entrar na inglória discussão sobre a obrigatoriedade de diploma de jornalistas.)

Bons jornalistas e bons órgãos de classe. Jornalistas fortes, sindicatos fortes, veículos fortes.

Não só no Brasil, como no mundo, em cada país, cada cultura, cada religião.

Esses jornalistas que apuram, escrevem, divulgam, contam hoje com uma ferramenta fortíssima, que, ao aparecer, foi destrutada, menosprezada, repelida: a assessoria de imprensa.

No Brasil, a assessoria de imprensa apareceu no período da ditadura militar.

Seu aparecimento coincide com a época em que o governo censurava a imprensa, tentava calá-la para evitar que as mazelas da República fossem divulgadas. Por isto, apareceram para que os jornalistas não tivessem acesso às fontes, aos detentores dos fatos, o que gerou a indignação. Daí a rejeição pelos jornalistas.



Passada a ditadura, sentada (se é que já sentou) a poeira, começou-se a ver a importância da *PR Public Relations* em inglês, *RP Relações Públicas* em português.

Ela hoje, de modo geral, ajuda a informar aos repórteres, a dar ao jornalista o acesso à fonte, se ele não se satisfaz com *release*. É claro que existem exceções e algumas assessorias ainda dificultam o acesso à notícia.

Uma boa assessoria facilita a vida do jornalista, mas, é verdade, em alguns casos não podemos, nem devemos nos contentar com ela. É preciso ir além, ouvir outras visões, outras considerações e opiniões.

Labutar, procurar, peneirar, avançar, avançar, avançar.

Ontem e hoje, sempre. Estou certo de que alguém contará o fim do mundo, mesmo que para si mesmo, antes de também desaparecer.

Ontem e hoje, sempre imprensa.

Carlos Lemos iniciou sua vida profissional na *Tribuna da Imprensa* (1955). Trabalhou na revista *Manchete*, foi chefe de redação do *Jornal do Brasil*, criou a Rádio Cidade (do grupo JB) e a rede de emissoras em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Foi diretor de redação de *O Globo* e diretor-superintendente do Sistema Globo de Rádio.



Clóvis Rossi

Não acho que exista “imprensa brasileira”, como se fosse um todo homogêneo. Para começar, há a diferença óbvia entre jornais, rádio, revistas, televisão e, agora, internet. Não dá para imaginar que haja muitas características comuns a todos esses meios de comunicação. Há diferenças igualmente óbvias entre, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* ou entre este e, digamos, a *Zero Hora*, o carro-chefe da imprensa gaúcha. Feitas essas ressalvas essenciais, é, no entanto, possível enxergar algumas características comuns em meio às diferenças.

Primeiro ponto, de caráter histórico: o jornalismo brasileiro não nasceu para publicar *all the news that is fit to print* (“todas as notícias que devem ser publicadas”, *slogan* do jornal norte-americano *The New York Times*). Nasceu para defender bandeiras (a abolição ou a escravatura), partidos, personalidades, causas. E assim veio até bem recentemente.

A *Folha de S. Paulo* começou a romper o molde, ao definir, nos anos 70, um projeto editorial que propunha um jornalismo “independente, pluralista, crítico e apertidário”. Tornou-se, em pouco tempo, não só o jornal de maior tiragem no Brasil como o mais importante, porque é o que maior repercussão alcança no reduzidíssimo universo de leitores de jornais.



Os demais veículos continuaram, até a eleição de Fernando Collor, travando a batalha contra o “comunismo internacional”, suposto polvo onipresente e onipotente.

Por isso mesmo, todos, menos a *Folha*, lançaram-se na campanha pró-Collor, não porque fosse o candidato ideal (bem ao contrário) mas porque parecia – e era – o único em condições de evitar a vitória do que à época se batizou de “monstro Brizula” (de Brizola e Lula, os dois grandes rivais de Collor, ambos de esquerda). Não deixa de ser irônico que Lula, quando conseguiu se eleger, em 2002, tenha dado uma guinada violenta para a direita, mas essa é outra história. Ocorre que, no mesmo ano da eleição de Collor (1989), ruía o Muro de Berlim, começava a acabar o comunismo, e a batalha contra ele

travada pela quase totalidade da mídia brasileira perdia obviamente o sentido.

A partir daí, começa o processo de transformação da mídia brasileira em veículos de informação, em vez de aríete político. Acontece que essa nova fase coincidiu com a explosão da internet e com a implantação, ainda que débil, da TV a cabo e seus programas de notícias 24 horas. Resultado: uma baita crise de identidade para a mídia impressa e, em menor medida, para o jornalis-

**‘Eu tenho um palpite:
só resta ao jornalismo
impresso valorizar ao extremo
o recurso que lhe é inerente,
o texto. Boas histórias,
bem escritas, ainda que as
informações não sejam
propriamente inéditas, parece
ser a única saída para o
jornalismo impresso’**

mo de TV. Os jornais perderam a característica de “anunciadores” de fato, mas continuam se comportando como tais. Exemplo, a meu ver, definitivo: o papa morreu, em 2005, por volta de 16 horas de um sábado. Rádios, TVs, internet, anunciaram a morte nesse exato momento, mais ou menos 14 horas antes de os jornais começarem a circular. No entanto, as manchetes dos jornais, no dia seguinte, eram todas variações em torno de “O papa morreu”.

Minha primeira reportagem como enviado especial se deu logo após o golpe de 1964. Trabalhava na sucursal paulista do jornal carioca *Correio da Manhã*. A dona do jornal, dona Nyomar Moniz Sodré Bittencourt, era amiga da pintora Djanira, que foi presa por autoridades militares para ser logo libertada. O jornal me mandou para Paraty, a cidadezinha onde Djanira se refugiara após ser solta.

Entrevistei-a na casa da praia, que, no entanto, não tinha telefone. Para transmitir o texto para o Rio, tive que ir a outra casa, na cidade, na qual havia telefone, mas não havia luz. Tive que pôr o telefone no parapeito da janela, para poder ler o meu texto (redigido à mão) à luz do poste da rua. Para falar com o Rio, era preciso a intervenção da telefonista (DDD, nem pensar).

Fui lendo o meu texto, recheado de palavras como “ditadura”, “tortura”, “direitos humanos”, termos que ninguém tinha coragem de usar em público naqueles tempos (início de abril de 1964). Foi juntando gente sob a janela. O fotógrafo me apressava: “Vamos embora, que vão prender a gente”. Não prenderam, talvez, porque a notícia do golpe de 1964 provavelmente nem chegara ainda à remota Paraty.



Saltemos agora para 1991, primeira Guerra do Golfo. Fui escalado para cobri-la com base em Jerusalém. Havia a inevitável censura militar israelense, como é de praxe em guerras. Mas, em vez de ficar gritando textos ao telefone, enviava-os do conforto do meu

quarto no hotel, pelo computador plugado na internet, sem passar pela censura. E bem ao contrário de Paraty, todo o mundo (literalmente) sabia o que estava ocorrendo, graças às transmissões ao vivo da CNN.

Basta, creio, para mostrar que há anos-luz de distância entre o jornalismo como era quando comecei e o jornalismo de hoje.

A TV tem uma relação curiosa com o jornalismo escrito. Em tese, é uma adversária, na medida em que mostra o que nós, da mídia impressa, apenas podemos relatar. Pior: mostra instantaneamente, ao passo que os jornais têm que esperar o dia seguinte para chegar às mãos dos leitores. Mas pode acabar sendo uma aliada, se o que mostrar for insuficiente para a curiosidade do público.

Exemplo concreto: a TV transmitiu ao vivo, o tempo todo, o incêndio no Edifício Joelma, em São Paulo, uma tragédia de grandes proporções. Mostrava tudo: gente se jogando do teto do prédio, para fugir do fogo, helicópteros chegando ao topo e resgatando gente, entrevistas com todos os atores (vítimas, bombeiros, testemunhas etc). No entanto, no dia seguinte, os jornais venderam a totalidade de suas edições e alguns até tiveram que tirar edições extras, para saciar a curiosidade do público.

Mas, com a internet, a história mudou de figura. Ela ajuda – e muito – o jornalista da mídia impressa, mas os jornais não estão conseguindo competir com o meio internet. Ajuda como? Antigamente, para obter um dado qualquer sobre, digamos, a economia argentina, o repórter poderia perder horas em repartições públicas, jogado de um andar para outro, de um prédio para outro, até chegar, por exemplo, ao número da inflação no ano anterior. Hoje, esse mesmo jornalista já sai do Brasil sabendo esse número – e uma montanha de outros números – com um mero clique no computador.



Mas, ao mesmo tempo, qualquer interessado pode ter acesso, com a mesma rapidez, à mesma pilha de informações. Por que ele esperaria o jornal do dia seguinte para informar-se? Essa é a pergunta a que o jornalismo impresso ainda não conseguiu responder. Eu tenho um palpite – e faço questão de destacar *palpite*, porque não passa disso e, pior, pode ser até um palpite infeliz: só resta ao jornalismo impresso valorizar ao extremo o recurso que lhe é inerente, o texto. Boas histórias, bem escritas, ainda que as informações não sejam propriamente inéditas, parece ser a única saída para o jornalismo impresso.

O jornalista, hoje, está mais valorizado. Costumo até dizer que se aburguesou. Mas essa observação vale apenas para os grandes meios de comunicação. A realidade nas pequenas e médias redações, e no fundão do Brasil é bem outra. Ao mesmo tempo, reduziu-se brutalmente o número de postos de trabalho, o que significa que os jovens formandos encontrarão mais e mais dificuldades para obter trabalho e, por extensão, a sua própria valorização.

Assim como não há “imprensa brasileira” como um todo homogêneo, tampouco há “imprensa mundial” com essa característica. Os desníveis nesta última são ainda mais impressionantes. Mas ousaria dizer que o bom jornalista brasileiro compete em igualdade de condições com o bom jornalista do mundo desenvolvido. O problema é que no mundo rico há um número bem maior de bons jornalistas, bem pagos, pelo maior nível de riqueza e de educação dos países desenvolvidos.

Clóvis Rossi iniciou sua carreira profissional na sucursal de São Paulo do extinto *Correio da Manhã*. Trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo* durante 12 anos, na sucursal de Brasília do *Jornal do Brasil*, na revista *IstoÉ* e no *Jornal da República*. Está na *Folha de S. Paulo* há 26 anos, 19 dos quais como colunista e sempre como repórter.



Fuad Atala

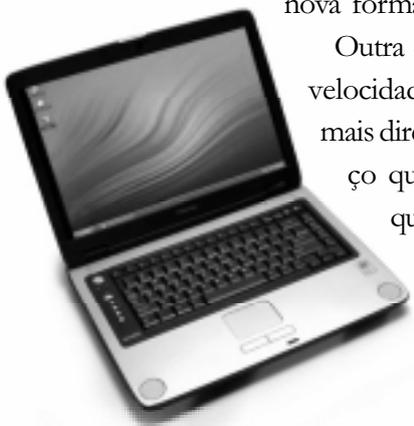
Na década de 50, quando comecei no *Correio da Manhã*, a imprensa brasileira iniciava uma grande transformação. Viviam-se os últimos momentos de um jornalismo romântico, ainda com ranços provincianos. O tom literário e propagandístico, inspirado no modelo francês, cede lugar ao jornal-empresa, segundo o padrão dos jornais americanos. Destes incorpora também a organização das redações, que ganha estrutura burocrática mais complexa. Era o reinado do lide, o núcleo da notícia, que devia obrigatoriamente responder a quesitos básicos como *o que, quem, onde, quando, como e por quê?*

Com os avanços tecnológicos, a produção se aprimora, surgem as primeiras agências de publicidade e, no jornal-empresa, a parte comercial ganha papel de relevo. É a fonte de sua sobrevivência. A notícia, cada vez mais isenta e asséptica, em detrimento da opinião e da expressão da vontade do dono do jornal, pouco a pouco conquista ares de rainha absoluta. Nesse novo reinado, o jornal-empresa capitalista consolida-se como tribuna das liberdades e dos direitos, inclusive dos seus, ao mesmo tempo em que se firma como espaço político para o grande debate da nacionalidade.



É nessa fase também que se ensaiam as primeiras grandes reformas na feição e conteúdo dos jornais. Para os padrões de então, elas representaram verdadeira revolução. Por sua histórica vocação cosmopolita e por deter ainda a sede do poder central, o Rio de Janeiro, onde circulavam alguns dos mais importantes jornais do país, teve papel fundamental nesse processo de transformação. Os pioneiros foram dois jornais cariocas, o *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*. Só depois o *Correio da Manhã* deu os primeiros passos, sem, no entanto, aprofundar a reforma. O movimento militar de 1964 sufocou-o no meio do caminho. Mais modernamente, *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* foram protagonistas de uma das mais revolucionárias e bem-sucedidas reformas na imprensa brasileira.

Creio que a maior diferença dos jornais do início da minha vida profissional e os de hoje se faz no conteúdo, na linguagem, no tratamento jornalístico e principalmente na edição ou editoração do material, que assumiu ares de arte gráfica. Comparando-se os jornais de 50-60 anos atrás com os de hoje, é gritante a diferença na apresentação gráfica, no arranjo e no aproveitamento dos textos e sobretudo na utilização das ilustrações, dos recursos técnicos, em que a fotografia tem função vital na visualização das páginas e na fixação da atenção do leitor. Com a era da informática, os gráficos e principalmente os chamados infográficos, com os infindáveis recursos à disposição dos *web designers*, acrescentam à informação uma nova forma de apreendê-la.



Outra diferença importante é a forma de fazer e a velocidade da feitura de um jornal. A linguagem é mais direta e objetiva, embora nem sempre esse avanço quantitativo corresponda a um aumento na qualidade do produto. O que em parte pode ser debitado à formação deficiente de grande parte dos profissionais e em parte à pressa, uma imposição da concorrência entre

os jornais, cada vez mais acirrada, e também da televisão. Creio que um dos pecados de uma parte da imprensa atual seja a preferência pela futilidade, pelo supérfluo, pelo mundo irreal dos bem-dotados socialmente, das estrelas e dos astros da televisão, que não se confunde com a imprensa dita popular, de opção assumida pelo grotesco e o mau gosto. Mas, evidentemente, há ótimos profissionais e, conseqüentemente, textos da melhor qualidade.

No meu entender, a maior cota da valorização dos profissionais de Comunicação decorreu do próprio aperfeiçoamento dos meios de comunicação. Os avanços da tecnologia eletrônica e da informática determinaram a maior velocidade na produção, que passou a exigir profissionais cada

‘Os avanços da tecnologia eletrônica e da informática determinaram a maior velocidade na produção, que passou a exigir profissionais cada vez mais qualificados, mais disputados e, conseqüentemente, mais bem remunerados’

vez mais qualificados, mais disputados e, conseqüentemente, mais bem remunerados.

Este conjunto de fatores parece ter sido decisivo na valorização dos profissionais. Isto, no entanto, não seria tudo. O sindicato dos jornalistas, apesar da desimportância com que o poder patronal o tratou num determinado momento da luta pela afirmação da categoria, reivindicando seus direitos e realizando paralisações nem sempre vitoriosas, também teve o seu papel. Graças a ele, muitas deformações e injustiças nas relações trabalhistas foram corrigidas e os primeiros ganhos de salários foram conquistados pelos jornalistas.

Por sua vez, não obstante a reconhecida deficiência com que os cursos de jornalismo são estruturados, e a qualidade insatisfatória de sua grade curricular na formação dos profissionais, creio que eles são importantes na preparação do futuro profissional. A parte teórica, complementada com a técnica, é necessária e imprescindível, e bem ou mal, dará um primeiro embasamento. Seria perfeito se pudesse haver maior integração empresa-escola, para desenvolver a prática do jornalismo. Esta só se aprende na redação. Que nem sempre está disponível para o treinamento dos futuros profissionais. A exemplo do que ocorre com os estudantes de medicina, que fazem a chamada residência nos hospitais para adquirir, no contato direto com os pacientes, a experiência necessária para o exercício da medicina.

Acho que o caso do jornalista é diferente. Independentemente da verdadeira vocação, um profissional de qualquer área, com bom conhecimento da língua, que tenha gosto pela leitura e sinta a necessidade de escrever, certamente tem condições de exercitar-se na prática e tornar-se um jornalista profissional. É desejável que as redações acolham cada vez mais bons profissionais diplomados em jornalismo. Mas a falta do diploma não devia ser impeditivo de quem tenha habilidade e talento para exercer o jornalismo. Ignoro se têm, mas se não tivessem, que sentido teria exigir diploma de profissionais do nível e da categoria de Luís Fernando Veríssimo, Zuenir Ventura, Luís Garcia, Eliane Cantanhêde e Carlos Heitor Cony, entre tantos outros, que diariamente brilham na crônica dos nossos jornais?

Em relação à imprensa da América Latina, a nossa é mais dinâmica, multifacetada graficamente e de grande capacidade criativa. Tem mais objetividade, e a pauta de suas coberturas, pouco dadas ao universalismo, mostra uma variedade temática quase inesgotável. Mas a imprensa brasileira dedica à América Latina uma escassa ou quase nenhuma atenção. E a imprensa dos países da América Latina, por sua vez, quase tudo ignora do Brasil. Da mesma forma que a língua diferente e a configuração geográfica, com a grande cordilheira quebrando a unidade

territorial ao meio, e isolando-nos do resto do continente, a imprensa parece erguer uma barreira política semelhante na visão de um lado sobre o outro. Já em relação à imprensa internacional, as diferenças me parecem bem mais acentuadas quando se compara o conteúdo e a qualidade da análise dos problemas mundiais.



Pela instantaneidade, pelo impacto da imagem ao vivo, e a emoção que transmite, a televisão leva vantagem sobre o jornalismo escrito. Nas entrevistas ao vivo, também, embora em muitos casos mal conduzidas por apresentadores despreparados. Mas é um ganho relativo. Quanto à notícia, a televisão a transformou num show, algumas com ares de produção hollywoodiana. No entanto, pela instantaneidade e pelo *timing* que precisa ter, é obrigada a suprimir detalhes fundamentais para o entendimento do fato, que só o impresso é capaz de reproduzir. Na televisão, a análise entra pelo ouvido, na leitura o receptor obriga-se a um mergulho no fato.

Com o advento da internet, dos *e-mails* e dos *blogs*, houve uma mudança no modo de apuração e estruturação da notícia. O telefone, o gravador, e principalmente o *e-mail* substituíram a função da rua, que era o lugar obrigatório do repórter, o palco onde aconteciam as coisas e a notícia era elaborada diretamente da fonte.

Não acredito, sinceramente, que se possa falar da superioridade de um meio sobre o outro. Não se fazia o mesmo questionamento do rádio quando surgiu a televisão? Apesar da consolidação da TV como meio impactante de informação global, nunca o rádio viveu período mais virtuoso que na atualidade. E, por muito tempo ainda, adaptando-se aos avanços da tecnologia da comunicação, o jornal impresso sempre encontrará o seu lugar. E assim será por muito tempo, creio.

No entanto, se é que se pode falar em impacto da televisão no jornalismo escrito, não é difícil detectar uma certa simbiose entre eles. Para concorrer com a televisão e a própria internet, por exemplo, o

jornal impresso lança mão das próprias armas do arsenal eletrônico. Aí estão as *newsletters*, os *blogs*, as edições *on-line* que você pode receber pelo computador e ficar a par de tudo o que o jornal vai mostrar na banca do jornalista.

Já a internet é um caso à parte. Vejo que as crianças hoje estão esquecendo o livro e a leitura tem que ser imposta. Passam horas diante da televisão e do computador. Os estudantes não pesquisam mais, as respostas vêm prontas pela internet, através de buscadores poderosos como o Google. Também não fazem mais operações básicas de matemática pela tabuada, usam calculadora eletrônica. E que, em vez de se debruçarem numa boa leitura, preferem os desenhos animados de ação e violência, com aqueles estranhíssimos heróis de formas humanóides e aberrações físicas que parecem vir do outro mundo.

Já se pode acessar tudo, em qualquer parte do mundo, e executar muitas tarefas do cotidiano através da internet. Você hoje pode visitar o Louvre ou o Prado sem sair de casa. Pode ler instantaneamente jornais de todo o mundo, e consultar obras e documentos na Biblioteca do Congresso dos EUA, e até a nossa Biblioteca Nacional está sendo sondada pelo buscador Google para colocar *on-line* obras de seu acervo de domínio público.

Mas as formas impressas da informação e do livro se utilizam cada vez mais dos meios eletrônicos para sua expressão. Muitos autores já divulgam e vendem pela internet a versão eletrônica de suas obras. Praticamente todos os jornais, no mundo inteiro, mantêm versões eletrônicas resumidas de suas edições. Há que se encarar esse fenômeno como um fator modificador do destino ou da importância da informação impressa no futuro. Este é o grande desafio para as próximas gerações.

Fuad Atala iniciou a vida profissional na década de 50, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Nos anos 60 e 80 (1965 a 1967; e 1969 a 1987), foi editor em *O Globo*, também do Rio. Trabalha atualmente em assessoria de comunicação da área governamental.



José Augusto Ribeiro

Creio que a imprensa brasileira é hoje uma atividade industrial, cada vez mais concentrada, a tal ponto que só grandes grupos já estabelecidos têm condições de lançar novos jornais e novas revistas. Quando comecei, há 50 anos, em 1956, jornalistas ainda tinham condições de fundar jornais.

Em 1951, Samuel Wainer fundara a *Ultima Hora*, um projeto revolucionário de jornal, que transformou a imprensa brasileira e mudou a face política do Brasil. Samuel não tinha dinheiro e foi financiado por alguns industriais que apoiavam a política econômica do segundo governo Vargas – como Francisco Matarazzo Sobrinho e Ricardo Jafet –, e também por um empréstimo do Banco do Brasil que se tornou objeto de escândalo. Só depois se verificou que todos os grandes jornais haviam feito empréstimos no Banco do Brasil, muito maiores que o da *Ultima Hora*.

Na mesma época, uma família de gráficos, os Bloch, criou a revista *Manchete*, para concorrer diretamente com *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand, o que fez com grande sucesso. As duas revistas desempenhavam, na época, o papel hoje arrebatado

pela televisão, que, na época, dava seus primeiros passos no Brasil.

Hoje, com a alavancagem de seu parque gráfico e do faturamento deste, um grupo como o da família Bloch talvez pudesse lançar alguma revista





competitiva, mas não tanto quanto a *Manchete*. Um jornalista como Samuel Wainer não poderia nem pensar no lançamento de um jornal como a *Ultima Hora*.

A concentração é um fenômeno mundial. Há 50 anos, havia menos profissionalismo, muita improvisação empresarial e muito salário atrasado. Mas havia mais pluralismo, porque havia mais jornais.

De lá para cá, deixaram de existir, no Rio, *O Cruzeiro*, a *Manchete* e jornais como a *Ultima Hora*, o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Diario de Noticias*, o *Diário da Noite*, *A Noite*, o *Diário Carioca*, *A Notícia*, *O Radical*, a *Luta Democrática* e a *Imprensa Popular*.

São Paulo perdeu o antigo *Diário de S. Paulo*, o *Diário da Noite*, o *Correio Paulistano*, *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva*. O *Diário Popular* transformou-se no novo *Diário de S. Paulo*, comprado pelo *Globo*. As *Folhas* concentraram-se na *Folha de S. Paulo*, a meu ver com vantagem para o leitor. O *Estado* lançou (ou melhor, relançou), na década de 60, o *Jornal da Tarde*.

Nesse quadro, a liberdade de iniciativa, uma das grandes bandeiras e reivindicações da revolução capitalista contara o feudalismo na Europa medieval, e ainda hoje parte do elenco de promessas do arrastão neoliberal, só existe, entre nós, na indústria da imprensa, para os grupos já estabelecidos.

Na indústria da informática, Bill Gates pode ter iniciado no fundo de uma garagem, com empréstimos bancários rolados por sete anos a juros baixíssimos, a curta marcha que fez dele, antes dos 50 anos, o homem mais rico do mundo. No Brasil, começan-

do como começou nos Estados Unidos, ele não conseguiria criar um jornal.

Essa, porém, não é maldição exclusiva da indústria jornalística. Há mais de dez anos, Sir Richard Attenborough, o grande diretor cinematográfico britânico, declarou que na década de 90 não conseguiria realizar o que conseguira na década de 80, *Gandhi*, o maior de seus filmes. Ainda que houvesse produtores interessados na idéia, um comitê de vice-presidentes financeiros atropelaria o projeto, demonstrando que um filme de Arnold Schwarzenegger, com muita pancadaria, produziria muito mais dinheiro.

Num Brasil muito anterior ao de 50 anos atrás, Irineu Marinho começou como revisor, passou a repórter, redator e chefe de redação em jornais alheios. Como tantos outros jornalistas, ele sonhava em ter seu próprio jornal. Sem dinheiro, mas com

**‘Há 50 anos, havia
menos profissionalismo,
muita improvisação
empresarial
e muito salário atrasado.
Mas havia mais pluralismo,
porque havia mais jornais’**

o capital do próprio prestígio e competência, ele fundou *A Noite*, que num instante se firmou e em seguida revolucionou a imprensa do Rio. Depois de levar uma rasteira de um dos sócios, Irineu Marinho, de novo sem dinheiro, fundou outro jornal, em 1925. Oitenta anos depois, todos sabemos e vemos o império que surgiu em torno desse jornal, *O Globo*. Hoje, Irineu Marinho não fundaria *A Noite*, quanto mais *O Globo*.

Minha vida profissional de jornalista começou em 1956, em Curitiba, no Paraná, onde minha família vivia. Eu tinha 18 anos, trabalhava desde os 14 e estava no primeiro ano da Faculdade de

Direito, quando surgiu uma oportunidade na empresa editora de um jornal fundado apenas cinco anos antes, mas que já era o mais importante do Paraná – *O Estado do Paraná*. Comecei como redator e fui aceito porque a condição de estudante de Direito era uma boa credencial. A prova de Português no vestibular era puxada e eu tinha sido aprovado entre os dez primeiros candidatos. Não por mérito próprio, mas porque o ensino secundário público era da melhor qualidade. Aprendi a escrever na redação do jornal, mas as regras do que hoje se chama desdenhosamente a norma culta eu tinha aprendido desde o ginásio. Como qualquer garoto romântico de 18 anos, escrevia com excesso de adjetivos, metáforas e alegorias, mas em boa gramática. As mesmas lições de ginásio tinham-me garantido a aprovação no vestibular, sem qualquer cursinho preparatório, porque eu não tinha dinheiro para isso. Com elas, sobrevivi, até agora, por meio século de exercício profissional.

Na época em que comecei, as escolas de comunicação, ainda chamadas de cursos de jornalismo, mal começavam, ao menos no Paraná. Como não havia exigência de diploma de comunicação ou jornalismo, tive o privilégio de começar aos 18 anos. Hoje eu teria de esperar pela diplomação e duvido que o ginásio me desse uma gramática como aquela de há meio século.

Não sou favorável à obrigatoriedade do diploma de jornalista. Os cursos de jornalismo transformaram-se em escolas de comunicação, que pouco tinham a ver com o jornalismo. Essa onda parece que mudou, mas não sei se os estudantes aprendem História Contemporânea, que me parece mais importante, para o exercício do jornalismo, que a Lingüística, a Semiologia e a Teoria da Comunicação. Acho Hélio Silva mais importante, para o jornalista, que McLuhan. E acho que um jornalista pode passar sem ter lido a obra teórica de Noam Chomsky, mas não sua admirável obra política. Jornalismo não é uma profissão acadêmica ou literária, é uma profissão política.

Não só no jornalismo como em outras profissões, escolhíamos, há 50 anos, a atividade na qual nos parecesse que tínhamos mais capacidade de mudar o mundo. Sabíamos do privilégio que tinha sido nossa educação, mesmo no Brasil muito mais igualitário pós-Revolução de 1930. E achávamos que nosso dever era ganhar a vida de modo útil para nosso país e para nosso povo.

Quando comecei, num jornal de província, no Paraná, quase todos os jornais do Rio e de São Paulo eram modelos a inspirar-nos. Eram muito mais bem-feitos, bem escritos, bem diagramados e bem impressos. Nós os copiávamos, descaradamente até porque o noticiário de assuntos nacionais recebidos das precárias agências informativas da época em geral tinha mais cópia desses jornais que notícias originais.

O jornal em que eu comecei, e no qual trabalhei por sete anos, de 1956 a 1963, não poderia ter como modelo a *Ultima Hora* – que influenciava todos os jornalistas da época, mas era uma coisa distante. Jornalistas de província, como eu, sonhavam com um futuro fora da província, em algum jornal do Rio ou de São Paulo. A *Ultima Hora* era tão perseguida que não dava para pensar nela como um alvo de tais projetos.

Além disso, jornais conservadores como *O Estado de S. Paulo* tornavam-se cada vez mais importantes, graças a jornalistas como Cláudio Abramo. Cláudio, secretário de redação do *Estado*, convenceu o dono principal do jornal, Dr. Júlio de Mesquita Filho, a separar informação de opinião. As páginas de informação deveriam noticiar tudo, especialmente aquilo que causasse mais desgosto ao jornal. As páginas de



opinião discutiriam, em separado, todos os itens do noticiário. Graças a Cláudio Abramo, *O Estado* cresceu como jornal de informação, a ponto de tornar-se o mais confiável em todo o país.

Outro jornal de grande influência nesse período foi o *Jornal do Brasil*, que, antes, era um jornal sem maior influência, embora rico e senhor de um virtual monopólio de anúncios classificados. Reformado por uma equipe jovem, sob a liderança de Jânio de Freitas, o *Jornal do Brasil* assumiu rapidamente a liderança da imprensa carioca.

De 1956 a 1963, trabalhei em Curitiba, no jornal *O Estado do Paraná* e também, brevemente, na sucursal da *Ultima Hora*. Em 1963, mudei-me para o Rio, convidado a trabalhar no gabinete do novo ministro do Trabalho, senador Amaury Silva. Pretendia trabalhar também, à noite, no *Correio da Manhã*, então dirigido por Jânio de Freitas. Não deu certo, porque eu não tinha hora para sair do ministério.

Com o golpe de 1964 é que deixei o ministério e fui trabalhar como editor internacional no *Diário Carioca*, dirigido por Prudente de Moraes, Neto, que dava emprego a todos os perseguidos ou complicados políticos, e também como redator na revista *O Cruzeiro*.

Em 1965, o *Diário Carioca* fechou e *O Cruzeiro* entrou em crise. Nos anos seguintes trabalhei no *Jornal do Brasil*, na *Ultima Hora*, na revista *Fatos e Fotos* (cria da *Manchete*) e no *Correio da Manhã*.

No fim de 1971 fui para *O Globo*, como chefe de redação e, depois, editor-chefe e, em seguida, colunista político. Em 1976, passei a fazer trabalhos ocasionais, como comentarista político, para a TV Globo, trabalhos que depois me fizeram comentarista diário.

Em 1982, afastado do *Globo* e da TV Globo, passei a trabalhar na TV Bandeirantes, que deixei em agosto de 1984, para assumir o posto de assessor de imprensa do presidente Tancredo Neves, então candidato à presidência. Voltei à Bandeirantes em 1985 e saí em 1990, em seguida à investidura do governo Collor.

Desde que saí da TV Bandeirantes, em 1990, nunca mais tive emprego regular – do que não chego a reclamar. Graças a isso é que pude escrever meus livros.

Ouvi, há algum tempo, que alguns diretores financeiros de jornais propunham substituir jornalistas pela internet. Não sei se conseguiram ou se deu certo.

Um dos maiores historiadores brasileiros, Oliveira Lima, hoje, infelizmente, esquecido, dizia que a história é a história da luta pela liberdade. O que chamamos de jornalismo sempre fez parte dessa luta. A imprensa contemporânea pode comportar amenidades compatíveis com o estilo de vida frívolo do neoliberalismo – colunas sobre restaurantes, vinhos e charutos. Nada tenho contra isso. Mas o fundamental no jornalismo é outra coisa, é a discussão das questões de interesse público. É para isso que os regimes políticos constitucionais e democráticos asseguram a liberdade de imprensa e vários privilégios aos jornais e aos jornalistas. Não é para badalar este restaurante e falar mal daquele vinho. Como a luta pela liberdade, da qual falava Oliveira Lima, jamais vai cessar, o jornalismo não desaparecerá.

José Augusto Ribeiro começou sua vida profissional em *O Estado do Paraná* (Curitiba). No Rio, trabalhou no *Diário Carioca*, nas revistas *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, no *Jornal do Brasil*, na *Última Hora*, no *Correio da Manhã*, no jornal *O Globo*, na TV Globo e na TV Bandeirantes.



José Nêumanne

Nasci em 1951 e o primeiro contato que tive como leitor de imprensa foi com uma revista do Rio, *O Cruzeiro*. Passei os primeiros anos de minha infância no alto sertão da Paraíba. Meu pai, Anchieta Pinto, era motorista de caminhão e levava para casa exemplares de *O Cruzeiro* e da *Manchete Esportiva*, principalmente. Meu sonho de infância era ser um repórter como David Nasser e participar das aventuras que ele descrevia em suas reportagens e também na coluna que assinava na revista. Adorava também os “personagens da semana” da rodada do campeonato carioca de futebol, de Nelson Rodrigues. É claro que eu lia gibis, principalmente *Bolinha* e *Luluzinha*, mas o que mais me mobilizava eram casos como o assassinato de Aída Curi, o crime do Sacopã, o mistério de Dana de Tefé e o disco voador fotografado por Ed Keffel.

Meu primeiro herói foi Arlindo Silva, cuja cobertura do suicídio de Getúlio eu li graças à mania que uma prima que cuidava de minha bisavó tinha de colecionar antigos exemplares da revista associada. Lembro-me claramente do impacto causado pela foto do rosto de Getúlio com uma faixa de pano segurando o queixo. A imprensa carioca marcou-me então por seu aspecto aventureiro, espetaculoso. *O Cruzeiro* era assim como a Rede Globo daquele tempo, não era? Depois, na adolescência, quando eu já vivia em Campina Grande, comprava diariamente a *Última Hora* e me deleitava com as colunas de Stanislaw



Ponte Preta, Nelson Motta e Tarso de Castro, entre outros. Meu sonho de consumo, à época, era trabalhar um dia naquela redação. A imprensa carioca, então, me marcou pelo charme. Acho que aquela redação já na decadência do jornal, na fase da ditadura, foi uma espécie de semente que terminaria germinando no *Pasquim*.

Mais tarde, já profissional de imprensa na *Folha de S. Paulo*, caí de amores pelo estilo visual e informativo do *Jornal do Brasil*. Para mim, até hoje, o jornal desenhado por Amílcar de Castro e mantido por José Carlos Avellar, nas gestões de Alberto Dines e Walter Fontoura continua sendo o mais bonito que já vi na vida. Muito embora também sempre tenha apreciado o estilo massudo e apenas informativo de *O Estado de S. Paulo*. Apesar do *Jornal da Tarde*, desenhado por Murilo Felisberto, e que me seduziu muito quando cheguei a São Paulo em 1970, sempre ficou em mim a impressão de um jornalismo paulistano mais austero, enquanto o carioca era mais leve, charmoso, sugestivo.

**‘A leitura de jornais
é só uma questão
de hábito, de vício até.
Daqui a pouco, se tornará
uma excentricidade’**

Até hoje considero a imprensa um milagre diário. Eu sempre me pergunto o que diabos faz uma pessoa comprar um jornal impresso na banca ou, pior ainda, assiná-lo, quando ele já sabia de tudo que ali estava vendo os telejornais no dia anterior e, mais ainda, ouvindo os noticiários de rádio pela manhã. Trata-se realmente de um charme danado, ou de um vício desgraçado, esse de ficar folheando as páginas de jornais na busca de notícias já conhecidas. Com toda a sinceridade de alguém que já foi crítico de televisão e fez comentários diários de política para um telejornal, além de ganhar a vida como comentarista de rádio, mas sempre se considerou um

gutenberguiano, eu desconfio que ler jornal é hábito em franco desuso pelas novas gerações. E poderá ser um hábito em extinção logo, logo.

No que diz respeito à internet, eu mesmo não consigo ler lá mais que a notícia do dia para saber se terei de mudar o enfoque para algum comentário que pretenda fazer para o rádio. Ler jornal na tela do computador me parece uma atividade bastante esquisita. Mas eu sou um macróbio de 54 anos e sei que a juventude que vive nessas coisas de *orkut* e tal deve se deixar seduzir mais pela leitura do noticiário no computador que em páginas impressas. Nunca entendi por que as empresas jornalísticas disponibilizaram os noticiários, que lhes custam fortunas, gratuitamente ou a custo muito mais baixo, na rede de computadores. Mais difícil ainda de entender é a razão de alguém comprar um jornal na banca se é possível encontrá-lo bem mais barato no computador. Portanto, acho que o raciocínio que vale para a TV e para o rádio também se aplica à internet: a leitura de jornais é só uma questão de hábito, de vício até. Daqui a pouco, se tornará uma excentricidade. Depois, pode simplesmente ser eliminada da rotina.

Posso dizer que o começo de minha vida profissional coincidiu com o fim do jornalismo amador e o princípio da profissionalização. Colegas a que sempre dei crédito costumavam identificar essa transição na fundação da *Ultima Hora*, no Rio, por Samuel Wainer. Está certo que foi financiado por dinheiro público, via Banco do Brasil, mas me parece lógico que o fim do jornalismo de *bico*, da redação dos boêmios, tenha coincidido com os ciclos da urbanização e da industrialização no Brasil, os chamados anos dourados. Assis Chateaubriand, como Wainer, foi um grande jornalista, mas ele tinha uma noção personalista típica de sua origem coronelista nordestina (além de uma vocação irresistível para a chantagem) e esta talvez não lhe tenha permitido investir, como poderia ter feito, na profissionalização, preferindo enriquecer a si e aos mais próximos,

excluindo do círculo até os familiares de que não gostava tanto. Outro estágio marcante da profissionalização dos jornalistas foi o sucesso empresarial da televisão, particularmente do que resultou da associação da TV Globo com o grupo Time-Life. É provável até que esta tenha dado frutos na substituição do personalismo e da mentalidade clânica das grandes empresas jornalísticas pela entrega de sua gestão a profissionais especializados.

Infelizmente, a profissionalização das redações tem coincidido com uma queda vertiginosa da média de inteligência de seus frequentadores, *et pour cause*, de seus produtos. Parte relevante desse “emburrecimento” deve-se, não à existência de cursos superiores de jornalismo, pois isso seria até um contra-senso, mas, sim, à estulta reserva de mercado para os diplomados nesses cursos. Reservas de mercado levam à padronização por baixo e foi isso que aconteceu nas redações dos meios de comunicação desde que a reserva de mercado para os diplomados em comunicação foi imposta pela ditadura militar, numa espécie de busca de legitimidade na ilegitimidade oposta. É uma bênção que haja tantos cursos superiores de jornalismo no país. Mas uma maldição que apenas eles possam fornecer a mão-de-obra disponível. O que é obrigatório sempre leva ao comodismo e o comodismo é o pai da ineficiência.

Em relação à imprensa mundial, até que não estamos tão mal assim. A imprensa europeia é impressionista demais. E a americana, esta, bem, perdeu completamente a face desde que aderiu à campanha fundamentalista de George Bush para salvar a democracia ocidental. Até a queda das Torres Gêmeas, nossos irmãos do Norte se orgulhavam da imparcialidade de seus jornais e da competência das investigações de seus repórteres. Aí, a paranóia motivada pelo que os terroristas



suicidas poderiam aprontar à margem norte do Rio Grande tornou a imprensa americana permissiva e relaxada demais em relação à cobrança rigorosa que deveria fazer das maracutaias dos agentes públicos. A imprensa brasileira é preguiçosa, arrogante, dependente demais das fontes e freqüentemente leviana. Ainda assim, não deve muito à européia em informação e, certamente, é bem menos leniente quanto à safadeza pública que a americana.

José Nêumane trabalhou no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, no começo dos anos 80. Atualmente, é chefe dos editorialistas do *Jornal da Tarde*, colunista de *O Estado de S. Paulo*, e comentarista diário da Rádio Jovem Pan, todos de São Paulo.



A mídia é a âncora, a porta-voz, a expressão estrita da cultura da sociedade, de uma civilização. Quando, daqui a cem anos, quiserem saber quem fomos nós, vão consultar os *espelhos*. Os jornais e as revistas, nas bibliotecas, dirão quem fomos nós. As fitas gravadas com os programas das rádios e telejornais de hoje transmitirão a algaravia, então vã, das nossas vozes, e mostrarão as nossas imagens datadas.

Mas mesmo agora temos condições de verificar, com a segurança da perspectiva, que imprensa era a nossa, meio século atrás, final dos anos 50. Reflexo de uma sociedade adolescente, com sonhos juvenis e vivendo em um mundo permeado por expectativas luminosas. Estávamos na ante-sala das imensas transformações que viriam, na segunda metade dos 60. O mundo dava sinais de que começaria, dali a pouco, a se libertar de padrões repressivos e hipócritas, para, adornado de flores nos cabelos, navegar na crista das ondas da contracultura – a qual, depois, seria absorvida pelo sistema.

A mídia, então, foi o espelho daquela festa. Não se usava ainda a palavra mídia; só algum tempo depois Marshall MacLuhan a adotaria. Dizia-se jornalismo. Um jornalismo um pouco ingênuo, mas não inocente, na medida em que a sociedade era um pouco mais ingênuo. Um jornalismo mais ético na medida em que o mundo era menos duro e mais ético.

No fim dos anos 50, as sociedades de massa ainda não haviam se organizado e, para o profeta MacLuhan, a TV era “visão, som e fúria”. Não tinham surgido as mídias de massa, e jornais e revistas eram os veículos determinantes. Na cidade do Rio de Janeiro eram

20 os diários destinados a uma população de cerca de 2 milhões de pessoas, como registrou o poeta Drummond no seu poema “A Bruxa”, da época: “Nesta cidade do Rio, / de dois milhões de habitantes, / estou sozinho no quarto, / estou sozinho na América”.

Havia privacidade e estávamos bem longe da sociedade do espetáculo.

A profissão de jornalista começava a ser regulamentada e o registro no Ministério do Trabalho já era exigido pelas empresas na hora da contratação. Os cursos de jornalismo da cidade, dentre eles o da PUC e o da UFRJ, eram incubadeiras de repórteres, uma geração que iria se contrapor, com alguns choques naturais, àqueles antigos, formados nas ruas, na escola do velho Alves Pinheiro, por exemplo.

Pinheiro foi o histórico chefe de reportagem do *Globo*, o qual estava, em 57, recém-instalado no prédio da Rua Irineu Marinho, 35. Baiano de meia-idade, pouco simpático, dono de um vasto bigode, charuto sempre aceso e fedorento na boca, ele escrevia sem parar, não à máquina, mas a lápis, e não largava o telefone – fazia tudo isso ao mesmo tempo.

Mal-humorado, Alves Pinheiro estava sempre reclamando de alguma coisa; e um dos seus apelidos era “amansador de foca”. Imagine-se como Pinheiro exercia sua ditadura sobre as garotas estagiárias que começavam a desembarcar na redação, vindas da universidade,

dos cursos de jornalismo, comprazendo-se em fazê-las cobrir polícia, crimes de toda ordem e o funcionamento de bordéis clandestinos. Deste modo, ele “amansava” a primeira geração de mulheres que se profissionalizaram nas redações de jornais.

O mau humor de Alves Pinheiro, no entanto, não o impedia de ser um excelente professor para quem quisesse dominar a técnica da entrevista. “Pergunte, pergunte, pergunte; saiba perguntar, não tenha medo de perguntar e continue perguntando”, insistia. Isto significava informar-se exaustivamente sobre o assunto pautado ou sobre o seu personagem do



dia, antes de sair para a entrevista. O repórter sabia o que perguntar e como provocar o entrevistado.

As primeiras pautas – escritas a lápis –, detalhadas e comentadas, no jornalismo carioca, foram as de Pinheiro. Não existiam, naquele tempo, as reuniões diárias de pauta com editores e nem as redações se dividiam em editorias. Este padrão de estrutura americano só chegaria às redações dali a pouco. A novidade, por enquanto, era o uso do lide com a obrigatoriedade do *quem, como, onde, quando e por que* na cabeça da matéria.

De modo geral, a apuração dos repórteres era criteriosa, determinada mais pelo instinto (e por Pinheiro, se fosse *O Globo*; e pela inteligência, no caso do *Diário Carioca*) e menos pela técnica. O aprendizado se fazia mesmo nas redações, e não na universidade.

O halo de romance envolvendo as redações nas

quais escritores, poetas, funcionários públicos, diletantes, curiosos de toda espécie – bons e ruins – trabalhavam, começava a se desfazer.

Nesses anos em que havia 20 diários destinados aos 2 milhões de cariocas – é bom frisar –, havia a escola ágil do jornalismo do *Diário Carioca*, onde nasceram inúmeras estrelas. Havia o jornalismo brilhante e apaixonado de Samuel Wainer. O jornalismo “intelectual” do *Correio da Manhã* – seguido pelo *Diário de Notícias* – e o trabalho hábil da *Tribuna da Imprensa*, com uma competente carpintaria profissio-

‘No fim dos anos 50,
as sociedades de massa
ainda não haviam se
organizado e, para o profeta
MacLuhan, a TV era
visão, som e fúria.
Não tinham surgido as
mídias de massa, e jornais
e revistas eram os
veículos determinantes’

nal. Logo em seguida, a revolucionária reforma gráfica e a revitalização do *Jornal do Brasil* mudariam para sempre a cara do jornalismo, não apenas da cidade, mas do país.

Sete anos depois dos anos dourados veio o golpe de 64. A essa altura, o ambiente já profissionalizado e estimulante das redações, onde se discutia tudo, o tempo todo, e o mercado de trabalho, que embora incipiente oferecia boas oportunidades e salários dignos, se tornaram perigosos e incertos. Mas o desafio da censura acabou contribuindo, à força, para que se revelassem talentos. O jornalismo de pesquisa e de pautas sofisticadas teve seu momento máximo.

De lá para cá, a população da cidade inchou. O número de jornais definhou, por motivos políticos e econômicos. Hoje, o Rio tem apenas meia dúzia de jornais produzidos para uma população de mais de 6 milhões de pessoas. Um índice pobre e embaraçoso, considerando como são bem-servidos os leitores das outras megacidades do planeta.

Dos fins dos anos 50 para cá desfilaram modas jornalísticas e novas técnicas. O jornalismo de cultura, de comportamento, saúde, entretenimento e qualidade de vida apareceram como novos protagonistas por uma exigência do mercado de consumo e, por consequência, dos departamentos comerciais dos jornais que cuspiam anúncios festejando as novidades na área de serviços.

O jornalismo de serviços deixou de ser mero badulaque, coadjuvante das robustas e respeitadas editoriais nacionais. Primeiro, as de política – a angustiante abertura dos generais trazia novos ventos. Depois, as de economia, porque o país mergulhava no horror inflacionário e nas incertezas financeiras, e o jornalismo econômico precisou acompanhar o tranco.

Em 1965, Gay Talese, com o antológico perfil de Frank Sinatra e, depois, Truman Capote, com *A sangue-frio*, incendiaram a fanta-



sia dos repórteres oferecendo a miragem do jornalismo literário, subjetivo. Dali para cá, despedir-se da objetividade pode ter enriquecido um tipo de jornalismo que ainda se faz muito pouco nos jornais cariocas.

O jornalismo impressionista, afinal, deu certo e deu errado. As observações autorais são o molho dos textos saborosos. Mas talento e estilo são fundamentais. Se por um lado os textos jornalísticos coloquiais se tornaram mais atraentes, por outro incorrem, hoje, com frequência, no primarismo do tatibitate – ou seguem a moda dos parênteses gratuitos que os poluem.

O jornalismo de ontem tinha mais qualidade? A vida de antes tinha mais qualidade. Antes, a informação também não era manipulada para atender aos interesses políticos e econômicos? Os métodos não eram tão agressivos quanto os de hoje. Ou não?

O australiano Rupert Murdoch, dono do grupo News Corp., o império de mídia que se estende das ilhas Fiji a Hollywood – jornais, revistas, satélites, redes de TV, cabo, internet, e também times de beisebol, de hóquei, estúdios de cinema –, veio, neste sentido, acelerar o pragmatismo das atividades midiáticas. Murdoch foi a inspiração para aventureiros que experimentam ganhar fortuna, poder e prestígio comprando e vendendo opinião e, o pior: comprando e vendendo informação.

De algum modo, no entanto, apesar da crise de ética e de responsabilidade, e de menos qualidade, embora sendo um jornalismo fragmentado, reflexo no espelho do mundo fragmentado de hoje, as óbvias regras de Alves Pinheiro ainda servem. As pautas devem ser bem trabalhadas pelos pauteiros – onde estão os bons pauteiros? – e a apuração dos repórteres deve continuar buscando a objetividade – mesmo sabendo que ela não existe. Um pouco mais de modéstia, também, não faz mal a ninguém.

Léa Maria Aarão Reis é carioca, jornalista e escritora. Trabalhou como repórter, colunista e editora em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*. Colaborou em revistas da Editora Abril e foi roteirista na TV Globo.



Magda de Almeida

Não dá para falar de jornalismo brasileiro sem falar do histórico e emblemático *JB*, o grande ícone da imprensa latino-americana nas décadas de 60 e 70. Sem medo de errar, diria que tudo começou ali e nesse tudo está a experiência de vida, o bom e o mau, as magias que cada um de nós sentiu a seu modo. Na Avenida Rio Branco 110, no ponto mais universal da vida carioca (entre Ouvidor e 7 de Setembro), gerações do que o país deu de melhor para o jornalismo nacional se fizeram e viveram talvez a fase mais significativa de sua vida. Nada que queiram ou devam esquecer, por pior que tenham sido alguns daqueles momentos. É coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito.

Certamente, o jornalismo que fazíamos nas décadas de 60, 70 e 80 era outro, sob muitos aspectos. Mas o Brasil também era outro,

idem o brasileiro e, *pour cause*, a economia (nacional e internacional), a política (esta, infelizmente, mudou pouco em sua essência), a tecnologia (nem se usava tal palavra) e os próprios jornalistas. Não vamos fazer inúteis juízos de valor, se éramos melhores ou piores. Éramos diferentes, porque exercíamos a profissão dentro de um contexto sociocultural-político-econômico, nacional e internacional, diferente do atual. Melhor em alguns aspectos, pior em outros. Vamos começar por aqui, contextualizando essas diferenças.



Não é que o ensino do jornalismo no Brasil fosse péssimo, mas, certamente, era insuficiente para atender às grandes demandas intelectuais daquela época, se levarmos em conta os padrões americanos, por exemplo, então o grande modelo. Na década de 60, a profissão ainda não estava regulamentada por aqui e o curso de jornalismo não tinha vida própria, era um apêndice do curso de Filosofia. Os professores eram recrutados no meio acadêmico, independentemente de qualquer experiência em redação. A grande maioria nem tinha. Era um território dominado pelos teóricos, pelas grandes feras da literatura, por poetas nacionalmente conhecidos e reconhecidos.

**‘Não vamos fazer inúteis
juízos de valor, se éramos
melhores ou piores.
Éramos diferentes,
porque exercíamos a
profissão dentro de um
contexto diferente do atual.
Melhor em alguns aspectos,
pior em outros’**

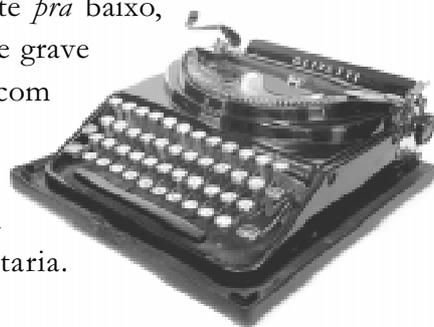
Compreende-se: antes (como hoje), que jornalista teria tempo para passar parte de seu dia em sala de aula, se na outra ponta estava uma profissão onde havia hora para chegar, mas jamais para sair? E quem queria sair? Onde o velho jargão “repórter 24 horas” era seguido ao pé da letra. Ninguém se aposentava, porque havia uma compulsão quase patológica para desbravar esse ainda desconhecido campo profissional. O sonho de todo jornalista com idade para se aposentar era cair duro a caminho da reportagem. Era comum você ter ao seu lado colegas com idade para ser seu avô. Mas ali estavam, batalhando como você, correndo atrás, driblando como podiam a velhice, o preconceito, num eterno

provar que ainda podiam competir com aquela juventude que vinha com tudo e não tinha medo de nada. Nem eles.

Era também um tempo em que não se exigia diploma, portanto, o percentual que desembarcava nas redações, vindo das poucas escolas de jornalismo (UFRJ e PUC, um pouco mais tarde) que existiam na época, era menor do que aqueles que saíam das faculdades de Direito, de Sociologia e de Filosofia.

Havia até repórteres que começaram nos jornais como contínuos, tomaram gosto, foram aceitos, mostraram talento e se aprimoraram. Muitos faziam Direito, outros até Medicina. Mas todos tinham algo em comum: gostavam de escrever, tinham gosto pela aventura, eram curiosos de plantão diante da vida e se sabiam testemunhas da história de um país que se desenvolvia e de um mundo que latejava de acontecimentos. E havia aquela fauna que buscava no tal quarto poder uma forma de ascensão social e convívio fácil com os *riches and famous*. Mas gostar de escrever não é o mesmo que saber escrever, embora isso já seja um bom caminho andado. As máquinas eram as velhas, fiéis e maltratadas Olivetti. Como ninguém chegava pronto dos poucos cursos de jornalismo existentes na praça, uma força-tarefa ficava a postos nas redações para aprimorar estilos, corrigir o idioma e enquadrar os textos dentro dos espaços que sobravam dos classificados e da publicidade. Aqui é que a saudade bate forte.

Imagine você entrando no elevador e dando de cara, quase todos os dias, com a Clarice Lispector. Não importa se sempre emburrada, olhar permanentemente *pra* baixo, nenhum sorriso e expressão sempre grave num rosto que espelhava uma alma com mais angústias do que poderia carregar. Era a *Clarisseeee*, já então um ícone. Não havia *e-mail* nem ela deixava suas crônicas na portaria.



Subia na redação e entregava seus manuscritos, pessoalmente, às chefias.

Que tal bater inesquecíveis papos pelos apertados corredores do velho prédio, com Marina Colassanti e Affonso Romano Sant'Anna? Onde mais e em que época você teria o privilégio de ter à sua volta os principais nomes da literatura brasileira te ensinando a escrever com estilo, graça e maestria, ainda que você mal tivesse o segundo grau? Ou entrar na redação e dar de cara com Pixinguinha rodeado de focas embaçados, dando uma canja em seu clarinete?? E Chico? Marieta? Caetano? Tom Jobim? Vinicius? Toquinho? Otto Lara Resende? Paulo Mendes Campos? Rubem Braga, Nelson Cavaquinho, Cartola, Fernanda Montenegro, Madame Satã, só para citar alguns? Aquela redação do *JB* era uma permanente passarela cultural, onde desfilavam, como se em casa estivessem, os grandes nomes da música, da literatura e do teatro nacional. Ninguém tinha assessor de imprensa, para te despachar grosseiramente no primeiro toque. Políticos subiam para um cafezinho com seus repórteres de estimação. Como esquecer aquela que foi a grande escola de jornalismo de excelência que o país jamais teve?

Pois foi ali que comecei, recém-saída de um convento, transpirando doces ilusões e muita inocência, isso traduzido na crença que só no jornalismo encontraria a minha libertação intelectual e o espaço que precisava para construir um país melhor. Por sorte ou inspiração divina, bati na porta mais certa que já encontrei na vida. Era um tempo de grandes espaços para grandes matérias, investimento maciço no aprimoramento de seus profissionais, convênios com jornais estrangeiros para troca de experiências e de talentos e muito foco nas matérias que buscassem a face oculta dos fatos, onde as emoções rolavam e produziam a notícia.

Aquele lado mal percebido que o repórter deveria ver era estimulado a perseguir, a fim de produzir uma matéria que levasse o leitor a entender o todo dos acontecimentos. Conhece aquela histó-

ria do repórter que foi cobrir um incêndio na rua do Lavradio e quando chegou lá não havia mais nada a fazer, porque tudo acontecera de madrugada? Poderia ter voltado para a redação com o famoso “nada feito”. Mas ele seguiu o tamanho da sua emoção e encontrou aquele idoso entre os escombros, procurando algo que lhe parecia indispensável ao que lhe restava de vida. Realmente, para aquele homem, o seu papagaio era-lhe imprescindível, sua única companhia em dez anos de viuvez. Aquela saudade foi a primeira página no dia seguinte.

Hoje, já não há mais papagaios, nem tempo, nem espaço, muito menos emoções. O jornalismo “moderno” é impessoal, politicamente correto, mas também inodoro e incolor, tudo muito baseado no concreto, no aqui e agora. Não é feito para produzir emoções, mas para impactar, seja no noticiário ou no segundo caderno. Não há refresco, a vida é como é e ponto. Falta-lhe o elo humano, aquela procura pelo inusitado, pelo ainda não dito, pelo ainda não percebido pela maioria. O mal se banalizou de tal forma aqui e acolá, que sobrou muito pouco lugar (ou interesse) para essa busca. Hoje, subir o morro e contar os mortos incorporou-se à rotina. E tudo virou estatística. O tamanho do peito vai para a primeira página, idem o bundão. Quem está “dando” *pra* quem, quem passou a bandeja com as carrerinhas na festa daquela atriz global? Será que a mulher daquele cantor-bandido vai conseguir a visita íntima? Diz-se que o povo está anestesiado, mas, vai ver, o anestesista somos nós.

Depois de dez anos gloriosos no *JB*, em 1974 fui para o *Jornal da Tarde* e para o *Estadão*, onde permaneci por 17 anos como repórter especial, uma outra etapa importante de minha vida profissional. Como no *JB*, sempre participando de grandes coberturas regionais, nacionais e internacionais.

Outra grande escola, em muitas coisas diferentes da primeira. São Paulo é um Rio com banho de loja, portanto, escrevia-se com mais sofisticação e sobriedade, pelo menos no *Estadão*. O *JT* era

mais irreverente, mais solto, dava mais espaço para a criatividade. Para quem vinha do *JB*, onde texto sofisticado e irreverência chique eram a tônica, *no problem*. Os dois marcaram muito a minha infância e minha maturidade profissional e pessoal, não há como separar uma coisa da outra. Eram lados diferentes de uma mesma moeda. Mas acho que todo jornalista deveria passar por diferentes tipos de jornal.

Minha experiência em *O Dia* já dura 16 anos. Quando entrei, como a primeira *ombudsman* carioca, foi um verdadeiro choque cultural. Era diferente de tudo o que já havia feito na vida. Achei que não iria sobreviver. Não só sobrevivi, como vivenciei uma das mais gratificantes experiências humanas, que aconselho a todos. Um longo e inesquecível aprendizado. Foi como se tivesse começado tudo de novo, num outro plano, fazendo um outro tipo de jornalismo, nem por isso menos importante. Nunca tinha visto o povo brasileiro tão de perto. Gostei do que vi.

Vamos, agora, ao que faltava antes e sobra hoje: tecnologia de ponta facilitando as comunicações, abreviando tempos, criando possibilidades variadas. Planejamento gerencial das redações, indispensável num mundo tão globalizado quanto competitivo e hoje necessário diante das múltiplas demandas e exigências empresariais. O lirismo de antes foi substituído pelo pragmatismo, o que quer que isso queira dizer. Hoje, a menina tem que sair das universidades pronta. Ou seja, tem que mostrar um português correto (pelo menos, deveria), conhecimentos do sistema Hermes, se possível de *photoshop*, e entender de planejamento gráfico. Não há mais lugar para amadores, porque não há mais os gênios da literatura e do jornalismo para acudir quando o lide não sai ou está embaixo quando deveria estar em cima. As bobagens que escrever, são as bobagens que irão sair.



Mas poucos são os jornais que, em se falando de Brasil, dão-se ao luxo de manter um *controller* de qualidade virtual. Por isso, em termos nacionais, o quadro não é muito alvissareiro.

Não fazemos o maior jornalismo do mundo mais por questões de ordem econômica do que por falta de bons profissionais. Quem conhece os daqui e os de lá, sabe que também não fazemos feio. Mas, se botarmos na ponta do lápis, tem universidades de comunicação demais para a quantidade de jornalistas que, efetivamente, precisamos. E poucas são, realmente, qualificadas. O desemprego no setor é abissal, mas este é um problema que não parece preocupar os sindicatos e os governos, muito menos as universidades, mais preocupadas com o faturamento do que com o futuro do jornalismo em si.

Ainda não estou certa da indispensabilidade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Ele foi criado (entre outras razões) para acabar com a picaretagem dentro da categoria. Não sei se acabou mesmo. Conheci grandes talentos do jornalismo brasileiro que só tinham o primário. A maioria apenas o secundário, e isso em sua melhor fase. De qualquer forma, o curso universitário alarga horizontes, dá alguns saberes. E isso nunca é demais.

Certamente, os melhores empregadores hoje são as grandes redes de televisão, um fenômeno mundial. Para ganhar, por exemplo, o mesmo salário de um apresentador de importante canal de televisão, o profissional do jornalismo impresso tem que *ralar* anos a fio. E continuar um eterno anônimo na multidão.

Confesso que não sei o que seria do jornalismo hoje (impresso ou televisivo) se não fosse a internet, sem medo de errar o maior provedor de notícias para qualquer jornal, do mais sofisticado ao mais provinciano. Não tem verba para contratar um bom repórter? Entra no *site* da BBC que lá tem tudo sobre todos. Quer entrevistar a artista que saiu *pelada* no desfile das escolas de samba? Passe um *e-mail* para ela, que responderá em tempo real. Morreu o presidente

daquela republicueta que ninguém sabe nem onde fica? Acessa o *Google* que lá tem até o número do sapato dele. A internet é, hoje, a maior ferramenta que uma redação pode ter para tudo. Acho até que se os jornalistas entrarem em greve, o jornal sai igualzinho no dia seguinte. Vista por este ângulo, a internet é um grande problema, mas, não resta a menor dúvida, é, também, a melhor solução.

Houve um tempo em que se dizia que o futuro do jornalismo brasileiro estaria nas mãos dos próprios jornalistas. Não tenho tanta certeza disso hoje. Aprendemos nos bancos escolares que imprensa, política e poder (entendam estas palavras da maneira mais abrangente possível) são irmãos siameses no Brasil. Um não vive sem o outro. Se matam um, o outro morrerá asfixiado. O passado e o presente atestam que sim. Lamentavelmente.

Magda de Almeida é jornalista há 40 anos. Iniciou sua vida profissional no *Jornal do Brasil*, onde trabalhou de 1964 a 1974, como repórter e editora. Do *JB* foi para o *Jornal da Tarde* e para o *Estadão*, onde ficou por 17 anos. Entrou no jornal *O Dia* em 1989 como *ombudsman*. Hoje dirige a Fundação Ary Carvalho, o braço social, cultural, educacional e de saúde do jornal *O Dia*.



Na comparação com o jornalismo atual, algumas das lembranças provocadas pela velha imprensa são sensoriais: visão, ouvido, tato e até olfato.

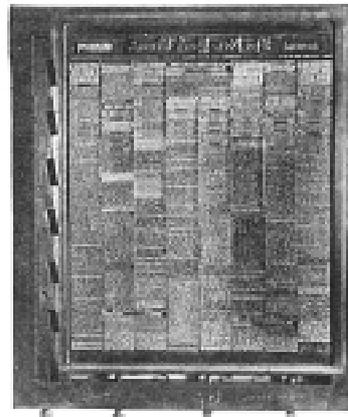
Apresentação gráfica

Comparada com festa visual proporcionada pela exuberância gráfica, a profusão de cores, a abundância de ilustrações, o tamanho cada vez maior das fotografias e dos títulos dos jornais de hoje e, inclusive, a agressividade de alguns anúncios, a imprensa do fim dos anos 50 e começo dos 60 surpreende pela sobriedade da apresentação. Como a mudança neste quase meio século foi gradativa, é difícil lembrar hoje aquelas folhas impressas em branco-e-preto, com letras apertadas, de tamanho minúsculo, fotos pouco nítidas, reproduzidas a partir de “clichês” de zinco. O papel era mais áspero e parte da tinta ficava nos dedos.

O texto era composto em linotipos, as linhas de chumbo montadas manualmente nas ramas. As páginas, impressas em rotativas tipográficas (*letterpress*), muito antes da introdução do *offset* nos diários, parecem hoje pouco nítidas, embora não fosse essa a percepção na época.

Esses jornais eram feitos por uma legião de profissionais gráficos, “o pessoal da oficina”: linotipistas, montadores de páginas, pessoal da clicheria. Todos eles desapareceram com a substituição da composição a quente (o chumbo da linotipia) pela composição a frio (inicialmente a fotocomposição e, depois, o microcomputador). Uma profissão que começou com os tipos móveis de Gutenberg no

século XV e evoluiu ao longo de vários séculos, acabou quase sem deixar rastro ou até memória durante a vida profissional dos jornalistas mais antigos – como quem isto escreve. Acabaram também as funções dos preparadores e dos revisores de texto, que não foram substituídas satisfatoriamente nas redações atuais.



Os linotipistas eram os aristocratas das artes gráficas. Havia poucos, seus serviços eram disputados e eles mesmos cuidavam de dificultar a entrada, controlando a porta de acesso, para diminuir a oferta. Eram profissionais de enorme competência. O manejo de uma linotipo, tarefa de extrema complexidade, exigia prática e habilidade fora do comum e eles tinham um justificado orgulho de classe. Seus salários eram iguados por poucos jornalistas. Seu ofício acabou em poucos anos. Linotipos são hoje peças de museu. O jornalista que escreve a matéria no computador substitui, talvez sem o saber, a composição do antigo operador da linotipo.

Fechamento

As rotativas são hoje mais velozes e têm uma capacidade de impressão muito superior à dos antigos equipamentos tipográficos. As páginas são preparadas e montadas mais rapidamente. No entanto, os jornais fecham a edição do dia seguinte cada vez mais cedo. Apesar dos ganhos conseguidos com a tecnologia, os horários de fechamento foram continuamente antecipados.

Os jornais, que fechavam em torno da meia-noite, começam hoje a rodar pouco depois das nove. Esta é uma das maiores mudanças na vida pessoal dos jornalistas. Antes deixavam o jornal nas altas horas da noite e freqüentemente de madrugada – o que não significava que fossem diretamente para casa. Uma parte dos antigos jor-

nalistas ainda vive esta fase de transição: o jornal fecha cedo, mas eles não conseguem chegar cedo em casa; por força do hábito, com frequência, ficam mais tempo na redação.

Redações

As redações, com ambientes abertos, sem paredes, parecem escritórios modernos. São silenciosas. Os velhos jornalistas sentem falta do barulho das velhas máquinas de escrever – nos jornais, as máquinas eram sempre velhas – e do grito do redator gritando “desce!” para chamar o contínuo que levava a matéria para a oficina. Não se ouve também o ruído da sala do telex e dos teclados dos teletipos, que pareciam acionados por mãos invisíveis. A impressão é de que até os próprios jornalistas ficaram mais silenciosos, mais bem comportados.

As publicações de hoje têm redações muito mais numerosas. Há mais repórteres e mais editores, mas já não existe a figura do “preparador” de texto ou *copy*, que desapareceu junto com a do revisor. As redações são mais homogêneas, talvez devido à origem da maioria delas, as escolas de comunicação. Antes, os jornais atraíam pessoas de uma incrível variedade de origens e formação. Havia advogados, médicos, físicos, professores, escritores ou gente sem formação acadêmica. Vários dos melhores jornalistas que já houve neste país não chegaram a pisar numa faculdade e alguns nem concluíram o curso secundário.

Uma pergunta para a qual não tenho resposta: onde estão os velhos jornalistas, mas não tão velhos assim para ficarem inativos? Foram varridos das redações pelos contínuos “passaralhos”. As empresas, apesar de seus discursos, cada vez valorizam menos a qualidade e a experiência, sacrificadas para fazer economia. A pergunta continua em pé: o que aconteceu com os velhos jornalistas?

Antes uma profissão basicamente masculina, nas últimas décadas, o jornalismo atraiu as mulheres, que são maioria em

quase todas as redações e ocupam um número cada vez maior de cargos de chefia.

Os jornalistas conseguiram ter um destaque e uma visibilidade muito maiores. Ao contrário do antigo hábito, quando apenas os colunistas e alguns repórteres mais conhecidos assinavam matérias, hoje, praticamente todos os textos levam o nome do jornalista que o escreveu.

Os jornais

Feita com menos recursos e em condições mais precárias, a mídia impressa tinha um peso muito maior que hoje na vida pública e os jornais eram o principal veículo de comunicação. A televisão ainda se destacava mais como um veículo de entretenimento do que órgão de informação.

O Rio era o principal centro de imprensa do Brasil. O *Correio de Manhã* era o principal jornal da capital da República. O *Diário de Notícias*, em lenta decadência, estava sendo substituído em importância pelo *Jornal do Brasil*, que, de ser “o jornal das cozinheiras”, passava a ser o órgão preferido de uma elite intelectual. Às tardes, o *Globo* brigava com a *Última Hora* e, eventualmente, com o *Diário da Noite*.

A *Tribuna da Imprensa* merece uma menção especial e até um estudo exclusivo. Editada por Carlos Lacerda, foi escola para muito jornalista, mas nunca chegou a decolar. Em crise, foi comprada no começo dos anos 60 – acho que em 1962 – pelo *Jornal do Brasil*, que contratou uma das mais brilhantes equipes já reu-

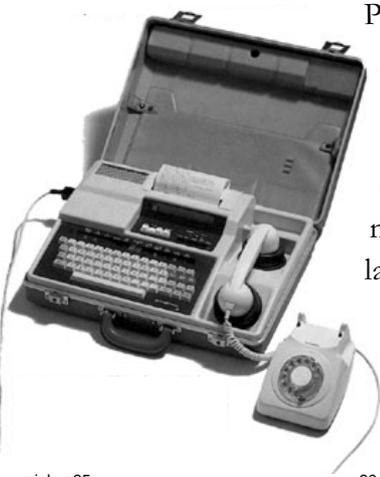


nidas neste país. A nova *Tribuna* que apareceu nas bancas era um jornal renovador, bem diagramado, bem escrito e editado com imaginação. Foi uma das mais estimulantes experiências da imprensa diária brasileira. Durou menos de duas semanas. Depois, o jornal foi vendido.

O *Estado de S. Paulo* era o grande jornal paulista. Um concorrente, com uma forte imagem foi durante um tempo *A Gazeta*, que sentia os inconvenientes de ser vespertino. O venerável *Correio Paulistano*, o mais antigo dos diários em circulação, estava em visível decadência, até desaparecer nos anos 60. As *Folhas* reforçaram sua presença no mercado quando em 1961 os três jornais do grupo, a *Folha da Manhã*, um matutino austero, a *Folha da Tarde*, mais popular, e a *Folha da Noite*, mais leve, formaram a *Folha de S. Paulo*. A *Última Hora* ganhou espaço e circulação até o golpe de 1964, que facilitou a ascensão do *Notícias Populares*.

Nos anos 50 e começo dos 60, o mito dizia que lugar de revista era no Rio. Faltaria a São Paulo flexibilidade e *savoir faire* para editar revistas de interesse geral e grande circulação. Efetivamente, as três principais revistas semanais também eram feitas no Rio: *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Mundo Ilustrado*. Eram revistas ilustradas, de grande tiragem, que acabaram engolidas pela televisão. Em São Paulo, as principais revistas eram especializadas.

A principal revista de informação, *Visão*, feita em São Paulo, insegura entre sair uma vez por semana ou a cada duas semanas, somente conseguiu consolidar-se quando passou a dar prioridade às matérias de negócios. Desapareceu depois de uma lenta agonia. Somente quando nos anos 60 a Editora Abril lançou primeiro a *Realidade* e depois a *Veja* é que São Paulo passou a dominar também o mercado de revistas.



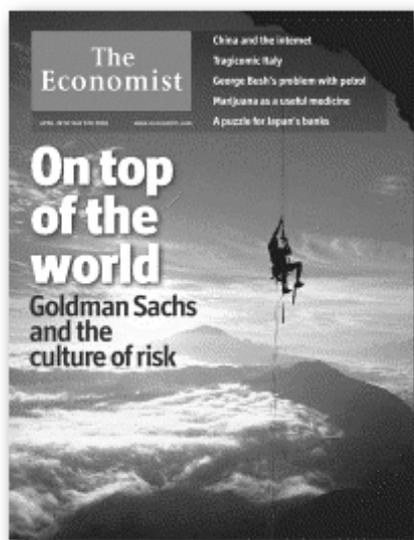
A televisão e o jornal

Quando chega um novo meio de comunicação, para instalar-se tira algum espaço dos veículos já existentes, que têm que se adaptar para enfrentar o novo concorrente. Ocorreu com o rádio, a televisão e acontece a mesma coisa com a internet.

Mas tenho a impressão de que o jornal não soube reagir adequadamente ante o desafio da televisão. A televisão é um meio com um extraordinário impacto imediato. Em termos de informação, tem as vantagens de dar a notícia com imagem forte, com movimento, cores, som e, com muita freqüência no momento em que o fato acontece. No entanto, a televisão não é um meio adequado para a análise e a reflexão. Depende excessivamente da imagem e do impacto visual e sonoro.

Muitos jornais ainda não encontraram meios de enfrentar esse concorrente. Em primeiro lugar, as manchetes, com excessiva freqüência, dão uma informação factual do dia anterior. Algo de que o leitor, que também é espectador, já tomou conhecimento várias horas antes. Os jornais não preparam a manchete e, às vezes, nem o conteúdo para levar ao leitor-espectador uma explicação do que já sabe, mas que a televisão não conseguiu dar.

Pior ainda é a atitude dos jornais, que fazem contínuas reformas para parecer-se mais e mais com a televisão. Procuram dar fotografias muito grandes, títulos cada vez maiores, textos muito curtos, achando que com isso vão enfrentar a TV. No entanto, o que eles fazem é competir com a TV nos termos desta, lutando com os elementos em que esta é mais forte: imagem, cor e superficialidade. Esquecem que a TV dispõe ainda de características como movimento, som e tempo real. E deixam cada vez mais de dar ao leitor o que a TV não consegue dar: contexto, análise e reflexão. Além disso, publicam um crescente número de matérias triviais e diminuem as reportagens e o espaço da informação.



O editor da *The Economist*, Bill Emmott, anunciou recentemente que vai deixar o cargo. Foi perguntado como é que, em 13 anos, conseguiu mais do que dobrar a circulação da revista, que hoje ultrapassa um milhão de exemplares, quando a maioria das publicações encolheu e luta para conseguir leitores.

Ele respondeu que grande parte do êxito da *The Economist* se deve à atitude dos jornais, que preferem o jornalismo de entretenimento e deixam de lado a análise séria. A revista ocupou o espaço aberto por

esses jornais. Seu trabalho ficou mais fácil pela falha dos grandes jornais de capitalizar o apetite dos leitores para coberturas sérias. Emmott atribuiu o êxito da revista à capacidade e rigor analítico de seus redatores e ao crescente apetite por notícias globais de uma audiência mundial altamente educada: “As pessoas querem análises concisas com autoridade e é o que nós oferecemos”. Ele disse que aumentou muito o número de pessoas com educação superior. Há, portanto, em sua opinião, um mercado para a análise bem escrita. Emmott afirmou que uma escolha tem que ser feita: mais entretenimento ou mais informação e que poucas publicações escolheram a informação.

É claro que não se podem aplicar de maneira indiscriminada e literal as sugestões do editor da *The Economist*. Ele falava principalmente dos grandes jornais mundiais de referência. Mas o princípio básico é correto: os jornais abdicam cada vez mais de sua função de informar e explicar, cada um para seu mercado específico, e se tornam crescentemente fontes de entretenimento.

A internet e o jornal

Estamos sentindo apenas os primeiros efeitos do computador e da internet sobre o jornalismo. A tecnologia da informação facilitou muito o trabalho de pesquisa e de edição e de todos os processos da produção gráfica.

A internet resultou ser o mais completo meio de divulgação já imaginado. O conteúdo de um jornal impresso fica limitado a quem tem acesso à cópia em papel.

Na internet, o conteúdo pode chegar imediatamente a qualquer lugar, sem o constrangimento físico que encontra o exemplar impresso. A internet é um extraordinário meio de divulgação. *The New York Times*, que vende pouco mais de 1 milhão de exemplares, fez uma pesquisa e constatou que no mundo todo existem pelo menos uns 40/50 mi-

lhões de pessoas que pela sua formação, renda, posição, interesses, capacidade de ler inglês seriam assinantes potenciais do jornal. Só com a internet poderá ter acesso a eles. Os jornais cometeram um erro primário quando deram de graça na internet o conteúdo que recebe o assinante de exemplar pago. Hoje, um bom número deles começou a cobrar.

Muito mais adequada ao desafio da internet foi dado pelas editoras de informação profissional, que em lugar de dar o conteúdo de graça, usaram a internet para facilitar e flexibilizar o acesso ao

‘Não se ouve também
o ruído da sala do telex
e dos teclados dos teletipos,
que pareciam acionados
por mãos invisíveis.
A impressão é que até
os próprios jornalistas
ficaram mais silenciosos,
mais bem-comportados’

conteúdo – que continuou sendo pago. O resultado é que aumentaram substancialmente a receita ao oferecer duas versões de suas obras: impressa ou em *pdf*.

Hoje, qualquer publicação tem que preparar duas versões. Uma impressa e outra para a internet, cada uma com a linguagem apropriada, na expectativa de capturar o leitor que migra para a rede.

O resultado é uma incógnita. Mas as empresas que vivem da informação só têm a ganhar com o surgimento de um meio que facilita a distribuição de seu conteúdo. Cabe a elas encontrar o modelo de negócios mais adequado.

Matías M. Molina foi editor-chefe do Grupo Técnico da Editora Abril; fundador e primeiro editor da revista *Exame*; editor de Economia da *Folha de S. Paulo*; correspondente em Londres, editor chefe e diretor editorial da *Gazeta Mercantil*. Atualmente é diretor de Análise de Informação Internacional da CDN – Companhia de Notícias, e colaborador do jornal *Valor Econômico*.



Norma Couri

A imprensa brasileira segue a linha norte-americana do jornalismo investigativo, o que nos dá uma leitura mais direta e precisa da realidade do que, por exemplo, recebem os leitores da subjetiva imprensa francesa. Embora uma e outra imprensa sejam qualificadas e complementares. Mas já fomos bem mais combativos e ousados, mais generosos em reportagens e econômicos em fofocas e firulas que hoje pululam nas páginas de revistas e jornais e se espalham na profusão de colunas sociais. Há que se ler de tudo e beber em várias fontes para saber um pouco e ter uma versão menos contaminada da realidade.

Este ano completo 35 anos de jornalismo e ainda não me cansei. Jornalismo é história cotidiana, jornalista é de certa forma um ator, um autor contemporâneo. Um privilégio conhecer as coisas por dentro e atuar nelas. Decidi ser jornalista em 1968 e não foi por acaso, era o ano em que o mundo virava de cabeça para baixo e o Brasil emplacava quatro anos de golpe militar, em dezembro inventaria o AI-5. Fiz jornalismo na PUC-Rio, a primeira turma de Comunicação em quatro anos. Já saí em 71, estagiando na Delta Larousse com Ana Arruda, que ainda não era Callado e tinha sido uma das primeiras mulheres jornalistas da imprensa brasileira. Foi ela que me levou para o *Jornal do Brasil*, onde trabalhei dez anos. O *JB* era uma vitrine, um dos jornais mais importantes da época.

Quando fui fazer meu mestrado em Jornalismo, em 1978, na Universidade de Colúmbia, em Nova York, o *JB* era exibido aos alunos americanos e estrangeiros como um exemplo de limpeza

de diagramação e técnica de atração de leitura, a primeira página remetendo aos assuntos mais importantes do dia.

Do *JB* saí para a sucursal da *Veja* no Rio e, em seguida, para a sede da revista em São Paulo, de onde fui para a *Folha de S. Paulo*, as revistas da *Abril* e de lá para Portugal, onde fui correspondente do *Jornal do Brasil* durante dez anos. Na volta, já em São Paulo, trabalhei na sucursal do *JB*, no Estado de São Paulo e agora novamente no *JB*. Também sou correspondente da revista *Visão* de Portugal, uma espécie de *Veja*.

‘Quando fui fazer mestrado em Colúmbia, no final dos anos 70, quem optava por televisão era malvisto. Esse conceito mudou muito, televisão é um grande veículo, mas é ele que deve vir na cola do jornalismo impresso e não o contrário’

Devo confessar minha decepção com o jornalismo pátrio na minha volta da Europa no final dos anos 90. Tinha piorado muito; superficial e rasteiro, tínhamos empobrecido na mesma medida em que os cursos de faculdades particulares derramavam hordas de profissionais

mal-formados no mercado restrito. Os patrões trocaram qualidade por quantidade e salário ralo. Acreditaram no mito da juventude e passaram a não confiar em quem tinha mais de 30 anos. As redações varreram a experiência e elegeram as ninfetas.

O jornalismo impresso seguia o rastro da televisão – notícias curtas, rápidas, sem profundidade, salteadas pelas páginas muito coloridas com imagens de sobra e informação de menos. Quando fui fazer mestrado em Colúmbia, no final dos anos 70, quem opta-

va por televisão era malvisto. Esse conceito mudou muito, televisão é um grande veículo, mas é ele que deve vir na cola do jornalismo impresso e não o contrário.

Vale o mesmo para a internet e a linguagem internetizada, que é utilíssima para a informação e a comunicação na nossa aldeia global, mas não toma em absoluto o lugar de um bom livro.

Jornalista tem de ler. Quanto mais culto, melhor. Quanto mais souber, melhor se sairá no exercício da profissão. É assim que supro as carências do jornalismo brasileiro, lendo muito, comprando e assinando revistas e jornais estrangeiros. Jornalista que não lê não escreve, não compara, não faz um *link* – para usar a linguagem internáutica – com os fatos, não analisa e não fornece análise. É comprado pelos assessores de imprensa.

Com tudo isso, o Brasil não está em posição desfavorável em relação à América Latina, embora deva muito à imprensa inglesa (*The Economist*, *The Financial Times*) e espanhola (*El País*).

Como o jornalista pode ser um profissional melhor e mais valorizado no mercado? Nesse ponto o sindicato tem um papel fundamental para brigar pelos salários e exigir a obrigatoriedade do diploma, porque jornalismo é uma profissão e ninguém chamaria um repórter para construir uma ponte. Sou a favor do diploma, da defesa do mercado para jornalistas, sem restringir colunas e textos de profissionais de outras áreas. Mas jornalismo se faz com jornalistas, que deveriam aprender na universidade o que é ética – a base da profissão. Um jornalista tem esse dever com a verdade, assim como um arquiteto tem com a precisão e a leveza das linhas, e o engenheiro com a segurança do prédio.



O futuro do jornalismo é longo e fértil. Os jornais não vão acabar, a internet não vai tomar o lugar do jornal escrito ou televisivo, assim como não mataram o livro. Não sou eu quem vai dizer o óbvio, as escolas têm de ser melhores, as faculdades de Jornalismo muito melhores e o jornalista um aprendiz insaciável. Acabo de defender meu doutorado na USP, uma peça de investigação jornalística no cinema brasileiro dos anos 50, embora em História Social. Descobri que falta muito para aprender e dar aos meus leitores. A estrada é longa, as escavações, muito difíceis, mas eu não conheço trabalho mais fascinante, e recomendo.

Norma Couri é jornalista, trabalhou na Editora Abril, em *O Estado de S.Paulo*, na *Folha de S. Paulo*, na revista *Veja* e no *Jornal do Brasil* (20 anos), de que foi correspondente em Lisboa, por dez anos. É correspondente da revista portuguesa *Visão* e escreve para o Caderno B do *Jornal do Brasil*.



Villas-Bôas Corrêa

Pela manhã do distante 12 de outubro de 1948 – meados do medíocre governo do presidente Eurico Dutra – subi as escadas do acanhado prédio da Avenida Rio Branco, entre as ruas da Assembléia e 7 de Setembro, enfatiotado no terno, camisa e gravata da formal etiqueta do tempo, levando no bolso o cartão do meu sogro, Joaquim Fernandes Bittencourt de Sá para o antigo companheiro de redação de muitos anos passados, Candido Campos, uma lenda da imprensa, apresentando o genro, pai de dois dos seus netos e pretendente a uma vaga na redação do vespertino *A Notícia*.

Até onde cavuco a memória, não encontro lembrança de ansiedade de mãos suadas e coração à disparada nos primeiros passos para a aventura da iniciação em nova atividade, sem outra credencial além do vício da leitura e fugazes passagens, nas férias, em publicações provincianas, nas cidades mineiras em que meu pai foi juiz. E, como universitário, no jornal do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (Caco) da Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil.

Não era um caso de vocação imperiosa, mas do chamego cutucado pela necessidade.

Candido Campos recebeu-me em sua sala, no à-vontade da camisa de cores berrantes, a gravata espalhafatosa, a voz firme e direta. Explicou que desfrutava os ócios de aposentado que não dispensava a presença diária na redação.

Conduziu-me à escrivaninha no canto da sala da redação, com amplas janelas para a Avenida Rio Branco e repassou a apresentação, o pretendente e o cartão.

Em questão de minutos, conheci e falei com dois mitos da imprensa da época. Sem levantar da cadeira, Silva Ramos – Francisco Otaviano da Silva Ramos – passou os olhos pelo bilhete, registrou a amizade pelo autor e resumiu em uma frase o meu curso de admissão, sem diploma ou sequer o teste de competência: – O B. Sá diz que você é bacharel em Direito. Mas, isso não significa que é necessariamente analfabeto. Tira o paletó e arranja um lugar na mesa.

Ao final da tarde voltei, de bonde, para casa na Tijuca lendo e relendo a curta nota de menos de um palmo em uma coluna na segunda página do que era então o segundo vespertino da capital em tiragem, a razoável distância do líder, *O Globo*, de Roberto Marinho. Com o título espremido que a memória gravou para a eternidade: “Exposição fotográfica das catedrais inglesas”.



De lá até hoje, lá se vão quase 60 anos contados do registro profissional, de uma jornada que sobreviveu à aposentadoria e que transitou, na briga pelo salário e enfrentando o desafio das profundas mudanças no mundo, no país e na cidade, com trânsito por vários jornais, como *O Dia* desde a fundação, o finado *Diário de Notícias*, a sucursal carioca de *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil*. E mais revistas como *Isto É*, *Manchete*, *Revista da Semana*. E mais rádio: Radio Jornal do Brasil e Rádio Nacional. Na era da TV andei por várias emissoras catando cachês: a TV Rio, a TV Tupi, a TV Continental, a TV Excelsior, de convidado para participar de mesas-redondas à promoção a titular do revolucionário *Jornal de Vanguarda*, de Fernando Barbosa Lima, um marco no jornalismo do período de afirmação da TV, vítima da censura do

AI-5 no governo do general-presidente Costa e Silva nos amargos tempos da ditadura militar.

Todo este resumo biográfico, descontados os tropicões na vaidade, é uma tentativa de fincar alguns marcos no traçado da evolução da imprensa dos anos da minha militância ininterrupta até a modernidade atordoante da revolução da internet.

Não passei pelo suplício de escrever à mão, enchendo laudas de sobras das bobinas, cortadas a facão, com as rombudas canetas-tinteiro ou forçando a ponta do lápis, como era a regra na redação de *A Notícia*. Presente ou apropriação de um tio, durante anos batusquei no tríplice teclado de uma Smith Corona metida a portátil, venerável trambolho que ganhou o apelido de *Baronesa*, responsável pelo inchaço crônico dos dedos indicadores tortos e que acabou nas mãos dos meus Marcos e Marcelo. Hoje, seria peça de museu.

Fui um dos privilegiados. Além da *Baronesa*, duas máquinas davam o toque de modernidade à redação: a Remington de Silva Ramos e a modesta Hermes Baby de José Barbosa Pacheco, redator, e editoriais de texto primoroso.

A reinvenção da liberdade

Desde a queda da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945 até a mudança da capital para Brasília, em 21 de abril de 1960, a imprensa brasileira viveu uma das suas fases douradas não apenas com o fim da censura do DIP, mas surfando na onda gigantesca do interesse popular pelo noticiário político, na atmosfera de entusiasmo e desafogo que sempre festeja o fim da opressão.

Além das revistas semanais de sucesso, como *O Cruzeiro*, a *Revista da Semana* e outras menos significativas, do rádio que pouco a pouco aprendia a libertar-se da repetição das notícias dos jornais, recortadas e colocadas em laudas com a ajuda da tesoura e goma, o dono da praça era o jornal. Com a superada

divisão dos matutinos, mais densos, graves, solenes para a leitura depois do café matinal pelos assinantes e a família ou comprados nas bancas para tranqüila viagem nos bondes lerdos e arejados, na ida da casa para o trabalho.

Na volta ao lar, os vespertinos menores, trepidantes, com cheiro de tinta fresca e as últimas notícias do dia, eram oferecidos pelos jornaleiros que corriam nos estribos dos bondes para os ônibus do andar de cima da classe média.

A Cidade Maravilhosa chegou a ter cerca de 20 jornais, entre vespertinos como *O Globo*, *A Notícia*, o *Diário da Noite*, o *Correio da Noite*, *A Vanguarda* e matutinos como o *Correio da Manhã*, *O Jornal*, o *Diário Carioca*, o *Radical*, a *Gazeta de Notícias*, além de outros de menor tiragem ou de vida efêmera – jornais nasciam e morriam quase todas as semanas.

Tempos em que o repórter não esquentava cadeira na redação sem fazer nada. Lugar de repórter era na rua, na caça da notícia. O telefone pouco confiável era usado como auxiliar ou nas emergências. Nada substituía a conversa com a fonte de fé, cultivada como tesouro ou o informante ocasional, cuja confiança teria que ser conquistada.

Era assim na polícia, com a corrida das delegacias, no acompanhamento das diligências nos casos de repercussão; no esporte, com a cobertura dos treinos e jogos; no noticiário da cidade.

Puxo a brasa para a minha sardinha. O renascimento da democracia, na fase dourada da eloqüência parlamentar, do prestígio e popularidade do Congresso respeitado na modéstia de suas instalações e no decoro e simplicidade das instalações da Câmara de Deputados, no Palácio Tiradentes e do Senado, no Monroe, derrubado pela insensibilidade pelas jóias do nosso patrimônio histórico no governo do general-presidente Ernesto Geisel, atravessa o período



de 45, com a Assembléia Nacional Constituinte até a mudança da capital para a Brasília do sonho visionário de JK.

E é quando se lapida o modelo de cobertura parlamentar ajustado aos interesses da época e que não se muda para a capital de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa na lonjura do cerrado.

Nunca mais se repetiram e certamente não se repetirão as excepcionais condições de um momento singular. Os partidos brotaram ou renasceram nos canteiros das rivalidades provincianas, que preservaram suas raízes. E a partir da polarização conservadora, centrista do sonso e sa-
gaz Partido Social Democrático, o PSD da competente maturidade dos quadros da ditadura, no canto do governo e, na outra banda, a oposicionista União Democrática Nacional, a UDN dos bacharéis, dos lenços brancos, dos maiores oradores da fase que valorizava o debate e, quantas vezes jogava os dados da sorte num

‘O rádio e a televisão ocuparam seu espaço, mas não mataram os jornais. A internet acabou com o papel, modelou o repórter que não vai à rua e cobre o mundo pelos computadores. Dispensa fontes, desdenha conversas’

discurso. Em torno dos pólos de governo e oposição, gravitavam satélites que buscavam espaço para a afirmação, como o Partido Republicano (PR) de Arthur Bernardes; o Partido Libertador (PL), do santo do parlamentarismo, o gaúcho Raul Pilla; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da genial jogada de Getulio Vargas, para garantir o apoio da massa de trabalhadores e ocupar o espaço ameaçado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) de Luiz Carlos Prestes, que durou pouco,

atirado na ilegalidade pelo obtuso radicalismo do governo: além de outras legendas de presença regional, como o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros.

Para cobrir a atividade política, no palco principal da Câmara e do Senado e na sua rede ampla, que abrangia os ministérios, as reuniões partidárias, os contatos com as fontes na ronda que emendava os dias, as noites e as madrugadas, a reportagem política subdividiu-se em três setores principais: comissões permanentes, especialmente a de Constituição e Justiça e a de Finanças, com destaque para as comissões parlamentares de inquérito, como a da *Ultima Hora* na nascente da crise da deposição e suicídio de Vargas; a cobertura dos plenários das duas Casas do Congresso, com seções fixas nos matutinos e suítes nos vespertinos e o grupo que transitava por todas as áreas para acompanhar cada setor na trança sem fim da articulação em torno do poder.

Tempos de seleção

Pode-se afirmar sem risco de desmentido ou jurar com os dedos em cruz que nunca mais o Congresso viverá dias e noites como as que assisti, na privilegiada proximidade da *terra de ninguém* da Câmara, o espaço entre a mesa e o plenário a que tínhamos acesso. Mudaram tempos e costumes. A oratória dos comícios abastardou-se nos shows de artistas dos espetáculos dirigidos pelos marqueteiros, pagos em dólares. E a tribuna parlamentar, com a TV Senado e a TV Câmara transmitindo discursos e debates, baixou à rotina da mediocridade com as exceções de praxe.

Modéstia à parte, assisti ao vivo, a poucos metros das tribunas de governo e oposição, discursos, debates, apartes de oradores como Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Gustavo Capanema, Vieira de Melo, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Oscar Dias Correia, Nestor Duarte, Paulo Pinheiro Chagas, Prado Kelly, Odilon Braga, Nereu Ramos, Brochado da Rocha, Flores da Cunha,

Adauto Lúcio Cardoso, na mistura de siglas e talento, quando o discurso era uma arma política que influía e modificava o resultado de votações importantes.

A mais completa e brilhante geração de repórteres políticos recrutou antigos jornalistas afastados pela ditadura, como Prudente de Moraes Neto, o Pedro Dantas; Osvaldo Costa, Murilo Marroquim, Ascendino Leite e completou o time com os novos que disputavam o lugar ao sol e ao sereno. O maior repórter político de todos os tempos, Carlos Castelo Branco, o Castelinho, não tinha temperamento de líder, mas exerceu influência poderosa na definição dos valores éticos do modelo que então se forjou. E que, basicamente, consagrou a independência profissional, lastreada na imparcialidade como os fundamentos da crônica, do comentário, da especulação analítica que procura entender e explicar os fatos, as crises, os acertos e desacertos e antever os próximos desdobramentos.

Dela fizeram parte: Heráclio Salles, o grande repórter do Congresso, Benedito Coutinho, Murilo Melo Filho, Otacílio Lopes, Carlos Chagas, Otto Lara Resende, Espiridião Esper Paulo, Antonio Viana, Marcelo Pimentel, Odilo Costa, filho, Ozéas Martins, Caio Pinheiro, Francisco Assis Barbosa, Francisco de Paula Job, Fernando Pedreira, Walter Fontoura e poucos mais. Brasília formou novos valores que ocupam espaço cativo nos grandes jornais do Rio, São Paulo e outras capitais e cidades importantes.

A mudança da capital fecha a cortina de um tempo sem retorno e inaugura a fase que ainda tateia na remontagem da cobertura política.

Antes que a poeira assente e que o Poder Legislativo restaure a confiança da população, maltratada pelas decepções, as grandes transformações da internet, da infor-



mação em tempo virtual, com espaço infinito, altera valores e impõe a reviravolta em disparada alucinante, de tirar o fôlego e deixar a cabeça zonza.

Em meio à revolução, a prudência aconselha acompanhar a cambalhota com olhos atentos, sem querer adivinhar o amanhã quando o hoje é o espanto de cada dia.

O rádio e a televisão ocuparam seu espaço, mas não mataram os jornais. A internet acabou com o papel, modelou o repórter que não vai à rua e cobre o mundo pelos computadores. Dispensa fontes, desdenha conversas.

Não escorrego na imprudência de dar palpite sobre o daqui a pouco, se mal me entendo na tontura do momento. Custa acreditar no desaparecimento dos jornais e dos livros. E só darei a mão aos estalos da palmatória quando encontrar quem tenha lido na telinha do computador alguns livros básicos como *Os sertões*, *Guerra e paz*, *Grande sertão: veredas*, a obra completa de Machado de Assis, de Eça de Queirós, para ficar nos exemplos clássicos.

Desconfio e espero que se os grandes jornais migrarem para os sites na internet, a imprensa provinciana, na sua modéstia, continuará a dar as notícias do interesse da comunidade, de fatos e pessoas que nunca tiveram vez na grande imprensa. Em jornais impressos em papel, que se leva para casa para reler o que interessa à família, aos amigos, aos vizinhos, aos conhecidos, ao pequeno e insubstituível mundo de cada um.

Villas-Bôas Corrêa começou a vida profissional em *A Notícia* (1948). Trabalhou no *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, na Rádio Nacional e em diversas emissoras de TV. Fundador de *O Dia* e comentarista político da *TV Manchete*.



Wilson Figueiredo

A transformação da imprensa brasileira, na segunda metade do século XX, sob a forma de modernização dos jornais e dos jornalismo, foi decorrência, entre outros fatores, da vitória militar dos aliados na Segunda Guerra Mundial. A retomada da democracia estigmatizou para sempre a censura à imprensa. O Brasil também seria outro país, ao voltar à legalidade constitucional. O jornalismo foi aparelhado – a partir da nova visão das liberdades – para um salto de qualidade gráfica, outro fotográfico e mais um empresarial. Investiu-se de nova sacralidade a liberdade de imprensa em nações de instabilidade política e atraso industrial. Foi uma festa depois de oito anos sob censura à imprensa no Brasil. O conceito tradicional de jornalismo começou, nos anos 50, a passar por modificações e logo se identificou com o impulso da industrialização nacional. Começava a era do consumo de bens duráveis.

O rádio ocupou-se das transformações políticas e sociais e exerceu uma importante função no jornalismo. Conheceria, como veículo de difusão social, privilégios de preferência até a televisão massificar a informação mediante associação da palavra e da imagem. Depois de ter desempenhado importante papel na mobilização da opinião pública durante a guerra, o rádio se impôs na comunicação de massa. Mas os jornais ficaram prisioneiros de uma concepção antiquada de relacionar-se com um público ávido de novo estilo de informação e de opinião. O rádio elegeu vereadores e deputados saídos dos seus quadros e mostrou potencial político que só a concorrência da televisão, dois decênios depois, conseguiu abalar e o empurrar para uma sobrevivência limitada, mais discreta, deslocada para o interior.

A televisão veio acelerar a necessidade de revisão do exercício do jornalismo não-impreso, e submetê-lo a uma concorrência de conceitos e de mercado. Rádio e televisão competiram com meios diferentes pela hegemonia do mesmo público. Os jornais foram confinados a um público estável, que não aumentou nem mesmo com o desaparecimento de vários títulos com peso histórico. A maior vítima foram as revistas que fizeram seu prestígio sobre textos e fotos – *O Cruzeiro* e *Manchete*, entre muitas outras –, graças ao prestígio da fotografia sem retoque, concebida como documento de denúncia, e acabaram sacrificadas pela televisão, que encurtou o tempo e a distância entre o fato e o público. O rádio pagou preço mais caro para sobreviver, depois do esplendor que não sustentou a

disputa com a televisão. Perdeu prestígio e alcance político, e seu jornalismo sobreviveu pela velocidade que permite à notícia chegar antes da imagem transmitida pela televisão.

O jornalismo na segunda metade do século XX, no Brasil, é um capítulo da história do desen-

volvimento econômico, da transformação social e, sobretudo, da crise política que caracterizou todo o período. Pode-se considerar que a ânsia de modernização do jornalismo começou com a derrubada do Estado Novo, floresceu na via democrática, pa-deceu sob a censura no ciclo de governos militares, confinou-se e perdeu credibilidade sob a vigência do AI-5 e renasceu das cinzas na volta ao voto direto na eleição presidencial. Mas sobreviveram apenas os que se reconstruíram como empresas e aceitaram as regras do mercado.

‘Sobreviveram apenas os jornais que se reconstituíram como empresas e aceitaram as regras do mercado’

A partir daí, o jornalismo já não era monopólio dos veículos impressos. Perdeu a força de fonte formadora de opinião. A realidade passou a lhe cobrar mais qualidade e mais coerência de idéias. O rádio, embora com menor peso, estava institucionalizado pela condição de meio rápido de informação, mas sem a tônica crítica por ser concessão do poder público. A televisão entrou em cena e se beneficiou do privilégio de reduzir o tempo da transmissão da imagem entre o fato real e a apresentação ao público.

Nos anos 50 começou também o reaparelhamento gráfico dos jornais e revistas, impressos com tecnologia e equipamento datados do século XIX. A indústria de equipamentos (grandes impressoras e linótipos) revolucionou-se. A fotografia se apurou conceitualmente. A melhoria da impressão reforçou a qualidade visual das publicações e possibilitou a limpeza gráfica. Até a publicidade fez parte desse pacote de qualidade e dominou novos campos, como a televisão, para expandir-se. Era o advento da sociedade de consumo. As revistas de texto minucioso e o realismo fotográfico documentaram o Brasil que saía do provincianismo para um salto técnico que teve em Brasília marco universal. Ao mesmo tempo, a democracia injetou franqueza e autoconfiança, mesmo ao custo de disseminar contradições políticas na sociedade, e a imprensa deu testemunho de tudo que se passou em quatro décadas, da derubada do Estado Novo, em 1945, à Nova República, em 1985.

As limitações de natureza provinciana do jornalismo brasileiro incomodavam o exercício de uma atividade ainda longe de constituir profissão completa. Sobreviviam as “listas negras”, abominável hábito de relacionar nomes proibidos (a critério de cada empresa) de saírem nos jornais. Reverenciavam-se anunciantes com privilégios noticiosos, tanto sob a forma de omissão quanto de cortesia. A manipulação dos textos era exercício de obscura cautela em relação aos interesses comerciais da empresa. Quando caía avião de passageiros, a notícia escondia mais do que informava. A moeda

de troca era a metade do preço das passagens para jornalistas, a trabalho ou a passeio. A própria Constituição de 1946 distinguia os jornalistas com isenção do imposto de renda, embora a grande maioria não se sustentasse com salários e emprego em jornal. O jornalista dispunha da via privilegiada de acesso ao serviço público sem a obrigação de trabalhar regularmente. Era o contrapeso da liberdade de informação e opinião.

Com o progresso, que não mais ficava nos discursos e impregnava as cabeças de uma classe média em expansão, processou-se à sombra da industrialização, a partir dos anos 50, a reforma das empresas. A reestruturação não se limitou ao parque gráfico, nem à profissionalização de repórteres, redatores, colunistas e colaboradores. Os leitores também acordaram para um jornalismo mais objetivo. Os jornais passaram a pensar como empresas e o jornalismo perdeu o encanto boêmio e literário com que se via e era visto. O primeiro passo rumo à profissionalização, com salários estimulantes, foi o aparecimento do *Ultima Hora*, no começo dos anos 50. Inovou no jornalismo oficial ao isentar o presidente da República (Getulio Vargas) da responsabilidade pelos erros e equívocos do governo, mas, em compensação, tinha liberdade de apontar as falhas dos ministros. O efeito político era fulminante. Os salários foram considerados fora da realidade pelas outras empresas, principalmente as maiores, e combatidos como aventura alheia ao mercado comercial.

O pavor da grande crise política, que abalou a Constituição, foi a devassa dos financiamentos oficiais e empresariais pela CPI do Congresso Nacional. A crise política isolou o jornal de Samuel Wainer como inimigo comum de todos os jornais tradicionais e gerou a tensão política que levou à morte voluntária de Getulio Vargas que, pelos seus efeitos imediatos, contaminou o regime e se prolongou até abril de 1964. De certa forma, era uma crise intermitente, adiada pelas etapas de normalidade e reativada pelos velhos obstá-

culos políticos. A inexistência do princípio da maioria absoluta contaminava a sucessão presidencial com a suspeita de irregularidades e favorecia a denúncia de ilegitimidade.

No ciclo dos governos militares, nivelados politicamente pela censura, caracterizou-se então a passagem dos jornais a empresas, no sentido moderno da palavra, com as vantagens tecnológicas da modernização e as desvantagens de uma economia com baixo teor de investimento. Sem falar na censura esterilizante. Os proprietários dos jornais se habilitaram a fazer dívidas para instalar parques gráficos e construir sedes capazes de impressionar leitores e anunciantes.

Os jornais precisavam organizar-se como empresas e definir públicos para ampliarem o cada vez menor universo de leitores. Mas já era tarde. Muitos jornais importantes ficaram pelo caminho. A televisão, com o poder da imagem colorida, manteve a distância em relação aos jornais amarrados a tiragens incompatíveis com o crescimento da população das áreas metropolitanas. A publicidade deslocou-se maciçamente para a televisão. Os departamentos comercial e industrial demoraram a entender a urgência de novos procedimentos para lidar com o público e os anunciantes. Nem todos os donos de jornais suportaram o custo elevado com as magras receitas comerciais. Os prejuízos devoraram títulos arruinados. As dificuldades políticas duraram mais tempo do que o prazo capaz de suportar o cerceamento oficial. A publicidade trouxe injunções de mercado para os veículos, por exigência da nova realidade econômica e social.

A reforma se acelerou a partir do *Jornal do Brasil*, que se organizou para o grande salto tríplice, e foi seguido por outros. A necessidade era comum a todos. Os que resistiram à onda modernizadora fizeram pouco das próprias deficiências e do potencial do mercado. Os jornais que tentaram se apoiar apenas nos leitores, virando as costas ao mercado, não se deram bem. Fala por si a relação dos jornais de grande prestígio banidos do

mercado, como o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e *O Jornal*, o *Diário da Noite*. O leque de títulos que o Rio, como capital federal, ostentara num total de dúzia e meia, fala por si. Nos anos 60, os Associados se desagregaram, o *Correio da Manhã* se perdeu no destemor ao tempo em que o AI-5 sufocava resistências. O *Diário de Notícias* saiu de cena por falta de condições para sobreviver com os valores que cultuava. A relação é grande e teve a ver com novas exigências e novo comportamento introduzidos nas relações de mercado. As revistas nacionais desapareceram. O romantismo dos jornais feitos depois do pôr-do-sol e das redações que não se fechavam tornou-se hábito do passado. Página virada.

A reforma dos jornais continua a desafiar um levantamento objetivo e uma visão crítica, abrangente das causas e das conseqüências, para merecer as páginas de uma história sem volta. O fenômeno da reforma estava no ar, propagou-se pelo interior, como ainda pode ser percebido em jornais de cidades distantes. Assim como o grande salto do jornalismo no século XX foi a “separação de corpos” (notícia de um lado, opinião de outro), neste novo século deverá se processar uma forma capaz de completar no cidadão o conhecimento do fato e a significação que lhe seja mais próxima.

Está para soar a hora em que a notícia impressa seja capaz de satisfazer no leitor a necessidade de complementar o fato com as conseqüências que lhe sejam inerentes e prováveis. É o que circunscreverá o jornalismo da televisão aberta a um aperitivo com função preliminar. Em lugar da prioridade, passará a valer a razão oculta atrás ou por dentro dos fatos, de onde emanam as conseqüências. A outra questão, já não mais de mercado competitivo, será (ou não) resolvida no plano ético, depois que a liberdade de imprensa se deslocar completamente para a responsabilidade da sociedade.

A batalha teórica do jornalismo assediado pela televisão está longe do fim; ainda não se ultrapassou o primeiro combate. A televisão se sente limitada pela obrigação de atender aos números de

audiência num país em que a educação não foi equacionada de modo a atender à necessidade democrática.

Passada a fase do deslumbramento com o espírito de mercado, o jornalismo vai ter que equacionar a disputa da informação para atender a outras necessidades, além do fato em si. O nível cultural vai precisar de que a informação seja acoplada a reflexões ao alcance do maior número de leitores. A convergência entre o veículo e o leitor se fará não apenas com a alfabetização linear, mas com a qualidade do jornalismo para atender a essa demanda potencial. O jornalismo na televisão aberta continuará limitado a apresentar o fato diluído para conseguir ser assimilado por maior número. Mesmo assim, depois de ouvir meia dúzia de informações, o espectador médio continua a não ser capaz de citar metade das notícias que terá ouvido e visto na TV.

Na visão universal das questões relativas ao jornalismo, a grande sombra é a censura (seja com fundamentos de Estado, religiosos, morais, culturais ou políticos), em relação à qual a competição se alimenta do instinto de sobrevivência. A liberdade de crítica apresenta-se como a segunda etapa da liberdade de informação, a ser alcançada como consequência. Nesse sentido, o jornalismo impresso está longe de esgotar todas as suas possibilidades.

O jornalismo no Brasil é parente de primeiro grau do que se pratica nos centros formadores de opinião, em particular nos Estados Unidos e na Europa como um todo. Mas reflete as marcas específicas da história e do país, às quais é fiel por natureza pois a ela serve e por ela é servido.

Wilson Figueiredo foi, durante muitos anos, editorialista e um dos principais comentaristas políticos do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro).



Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em maio de 2006.

